



DGES Direção-Geral do Ensino Superior

www.dgesc.gov.cv

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DGESC (2011)

Coordenador:

- Francisco Osvaldino Monteiro

Elaborado por:

- Arnaldo Jorge Brito
- Cesaltina Ribeiro
- Conceição Gomes
- Domingas Gonçalves
- Fernanda Gomes
- Francisco Osvaldino Monteiro
- Ivanilde Fernandes
- Odair Lima
- Paula Carvalho

Janeiro de 2012

Sumário Executivo

O ano de 2011 consagrou-se como sendo mais um ano dedicado ao desenvolvimento do ensino superior cabo-verdiano. Neste sentido, foi um ano de muito trabalho para a DGESC, não obstante ser um ano das eleições legislativas e de mudança deste serviço central para um novo Ministério (o MESCI). O exercício de capacitação institucional da DGESC, consubstanciado na produção de um conjunto de dispositivos legais como instrumentos de gestão e de regulação do ensino superior absorveram uma boa parte das acções desenvolvidas. Por outro lado, o ano de 2011 represou o reforço da DGESC, com a afirmação das duas Direcções de Serviços, traduzidos em impactos muito fortes na melhoria da capacidade de intervenção ao nível das competências de seguimento e regulação do ensino superior. Em face disso, muitas acções foram desenvolvidas em consequência do aumento da dinâmica funcional, e com reflexo no aumento da qualidade e celeridade na resposta. Contudo, reconhecemos que muitos aspectos precisam ser reforçados e melhorados, na perspectiva de que a capacitação institucional da Direcção-Geral do Ensino Superior é uma aposta incontornável na grande aposta de desenvolver um ensino superior de qualidade em Cabo Verde.

Índice Geral

Sumário Executivo	3
Índice Geral	4
Índice de Tabelas	5
Introdução	6
1- Breve resenha do Ensino Superior Cabo-verdiano em 2011	6
1.1... Os efectivos do ensino superior por instituição do ensino superior, ano académico 2011	7
2. Caracterização da DGES e acções desenvolvidas.	10
2.1. Desenvolvimento Institucional da Direcção-Geral do Ensino Superior.....	11
2.1.1.. Continuidade do Projecto “Assessoria ao Governo de Cabo Verde no âmbito do ensino superior”	11
2.1.1.1.Produção do Quadro Jurídico	11
2.1.1.2.Capacitação do Pessoal da DGESC	13
2.1.3.Reorganização dos serviços e melhoria da qualidade de resposta	15
3. Exercícios de reconhecimento de graus académicos e diplomas estrangeiros	15
4.Concurso de Vagas para Formação Superior no Exterior	19
4.1-Concurso Brasil – PEC-G/12	19
4.2-Concurso Portugal – Regime Especial de Acesso ao Ensino Superior	19
4.4-Concursos de vagas/bolsas em outros países - Cooperação	20
4.6-Bolsas do Governo de Cabo Verde – Formação no Exterior Portugal.....	23
4.7-Bolsas do Governo de Cabo Verde – Formação no País.....	24
4.8-Bolsas da Cooperação Portuguesa (IPAD) – Formação no País (graduação)	24
6 - Continuação do estudo desenvolvido pelo Banco Mundial, sobre o ensino superior cabo-verdiano	25
7-Aspectos de Gestão Administrativa e Financeira	25
8-Avaliação Final /Conclusões Prospectivas	27
9- Conclusão	27
10- Recomendações	28
11- Anexos	29
Anexo 1 – Missão a Maputo	30
Anexo 2 - Visita de Sua Excelência o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação às Instituições de ensino superior em São Vicente	35
Anexo 3 – Missão à República do Gana	39
Anexo 4 - Participação na 14ª Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento	42
Anexos 5- Inventário – DGESC (2011)	49

Índice de Tabelas

- Tabela 1-** Análise comparativa dos efectivos no ensino superior por instituição e anos, durante os últimos 3 anos académicos
- Tabela 2-** Nível de formação dos docentes por instituição de ensino superior
- Tabela 3-** Contemplados com bolsas de estudos nos últimos 3 anos académicos
- Tabela 4 –** Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros nos últimos 5 anos (Graduação)
- Tabela 5-** Diplomas Estrangeiros reconhecidos por sexo e nível de formação (2011) (Graduação)
- Tabela 6-** Diplomas reconhecidos segundo país de formação (Graduação)
- Tabela 7 –** Diplomas estrangeiros reconhecidos segundo área de estudo
- Tabela 8 –** Diplomas estrangeiros reconhecidos segundo naturalidade
- Tabela 9 -** Síntese do concurso de vagas Portugal –2011-12
- Tabela 10 –** Síntese do concurso de vagas Portugal – Instituições Privadas-Processos enviados das Câmaras Municipais 2011-12
- Tabela 11 –** Síntese do concurso vagas/bolsas por Países – 2011-12
- Tabela 12 –** Síntese do concurso de vagas-bolsas Graduação/2011-12
- Tabela 13 –** Síntese do concurso de vagas-bolsas Mestrado/2011-12
- Tabela 14 –** Síntese do concurso de vagas-bolsas Doutoramento/2011-12
- Tabela 15 –** Síntese do concurso de bolsas do Gov. de C. Verde - Licenciatura em Portugal e Cont. Estudos em Portugal /2011-12
- Tabela 16 –** Síntese do concurso de bolsas do Gov. de C. Verde – Licenciatura no Brasil/2011-12
- Tabela 17 –** Síntese do concurso de bolsas do Gov. de C. Verde Formação no País/2011-12 por Nível
- Tabela 18 –** Síntese do concurso de bolsas do Gov. de C. Verde Formação no País/2011-12 por Atribuição
- Tabela 19 –** Síntese do concurso de bolsas da Cooperação Portuguesa – Formação no País (2011/12)
- Tabela 20-** BALANCETE GERAL (Receitas e Despesas) - 2011
- Tabela 21-**Orçamento de funcionamento da DGESC 2011

Introdução

Repartindo-se em acções de funcionamento institucional habitual/corriqueira e iniciativas legislativas consideradas como estruturantes para o sector do Ensino Superior cabo-verdiano, as actividades levadas a cabo pela Direcção-Geral do Ensino durante o ano 2011 exemplificam, mais uma vez, o valor estratégico deste departamento governamental no quadro da concepção, estruturação, implementação, supervisão e avaliação da política de ensino superior no país. Por outro lado, demonstra as fragilidades e potencialidades da instituição nos aspectos que se relacionam com os meios postos à sua disposição. Em resumo, o ano 2011, à semelhança de outros anos, acredita-se, demonstra que é necessário continuar a apetrechar a DGESC com adequadas condições logísticas bem como o alargamento e consolidação das competências técnicas dos seus recursos humanos, pois os desafios que as dinâmicas do ensino superior em Cabo Verde impõem assim o exigem.

Tomando como ponto referencial as observações acima reiteradas, o presente relatório pretende, sob um ângulo crítico e reflexivo, averiguar de uma forma adequadamente pormenorizada as actividades levadas a cabo durante o ano em questão. Este exercício constitui-se como importante não só para a avaliação do funcionamento institucional mas também, e se calhar sobretudo, para possibilitar a identificação de áreas estratégicas de acções futuras conexas ao contínuo desafio do crescimento institucional mediante a mobilização de estratégias que a dinâmica organizacional reflectida pode proporcionar.

Em termos de organização, o presente relatório contempla partes referentes à resenha da situação do ensino superior em Cabo Verde no ano em questão onde se apresenta os cenários existentes em termos de número de efectivos, professores, cursos, entre outros. Por outro lado, fez-se também um resumo do que têm sido as iniciativas em termos de desenvolvimento institucional da DGESC, focalizando nas formações havidas. Questões relativas ao reconhecimento de graus estrangeiros bem como a gestão de bolsas e vagas mereceram uma adequada apreciação. As conclusões e recomendações, elementos fundamentais para se reflectir nas acções prospectivas, mereceram também a devida atenção e análise.

1- Breve resenha do Ensino Superior Cabo-verdiano em 2011

No presente item serão seleccionados e analisados os indicadores estatísticos considerados fundamentais para se compreender o desenrolar do sector do ensino superior cabo-verdiano durante

o ano académico 2010-2011. Os referidos dados foram extraídos do Anuário do Ensino Superior, recentemente publicado. É preciso sublinhar, contudo, que a análise dos mesmos será guiada, em termos metodológicos, pelo princípio de comparabilidade o que, na nossa perspectiva, permitira conceber e partilhar nuances importantes para o futuro do sector. Isto é, os dados de 2011 serão analisados em comparação com o evoluir da situação do sector nos últimos 3 /4 anos, assumindo uma postura prospectiva relativamente aos cenários futuros.

De entre os indicadores fundamentais, destacam-se os seguintes: (i) N° de efectivos no Ensino Superior no país (por IES); (ii) Nível de formação dos docentes do Ensino Superior por instituição; (iii) Diplomados do Ensino Superior; (iv) Repetência no Ensino Superior e ainda (v) o número de bolseiros do Estado no Ensino Superior.

1.1 Os efectivos do ensino superior por instituição do ensino superior, ano académico 2011

Neste item far-se-á uma breve caracterização, em termos de números de efectivos, da situação do ensino superior em Cabo Verde, em diversas instituições. Achou-se por bem adicionar ao presente ano outros dois últimos anos de forma a se ter elementos de comparabilidade. Assim, no quadro seguinte, apresentam-se os referidos números.

Tabela 1- Análise comparativa dos efectivos no ensino superior por instituição e anos, durante os últimos 3 anos académicos

Instituição	2008/2009					2009/2010					2010/2011					Total
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	
Uni-CV	1166	1008	591	282	198	1535	1177	821	411	106	1498	1629	710	578	134	4549
Uni-Piaget	1045	710	374			684	520	375	295	6	608	416	426	409	11	1870
UM¹	259	229	147	91	23	204	150	110	102	14	256	218	129	161	33	797
US	335					294	251				344	245	236			825
ISCEE	544	323	167			910	405	207	119	34	759	546	318	184	100	1907
ISCJS	243	169	126			347	234	181	135		502	171	139	112	55	979
UNICA	107					99	63				119	91	57			267
ULCV	161	105				105	137	90			207	82	125	133		547
M_EIA	19					13	10				10	9	9			28
Total	8465					10.144					11.769*					11769

Fontes: Anuário da Educação 2008/2009; 2009/2010 e Anuário do Ensino Superior 2010/2011

*Refere-se apenas as alunos do ensino superior conferentes de graus académicos

Da tabela acima, pode-se depreender que:

¹ Antigo Instituto Superior Isidoro da Graça

- a) O número de efectivos no ensino superior tem aumentado de ano para ano. No ano académico 2010/2011, a situação não foi diferente. Houve um aumento de número de estudantes, relativamente ao ano transacto, na ordem de 16%, referindo apenas aos estudantes que frequentaram os cursos conferentes de graus académicos. Convém referir que existe um número significativo de estudantes que frequentam os CESP's, desenvolvidos pela Uni-CV, e esses cursos se alargam às ilhas de Santo Antão, Fogo e Sal.
- b) Analisando a frequência dos estudantes dos cursos conferentes de graus entre as instituições públicas e privadas, verifica-se que só a Uni-CV absorveu 4.549 estudantes, correspondente a 39% do total de estudantes que frequentaram as 9 instituições do ensino superior;
- c) Segundo os dados do ano académico 2010/2012, das instituições com maior número de alunos, destacam-se a Uni-CV (**4.549**), o ISCEE (**1.907**) e a Uni-Piaget (**1.870**);

1.2 Nível de formação dos docentes do Ensino Superior por instituição

Relativamente à situação de nível de formação dos docentes do ensino superior, a tabela 2 ilustra a situação. Uma das primeiras observações a fazer é a do aumento de docentes neste nível de ensino, fruto da dinâmica cada vez maior do mesmo. Portanto, tomando como ponto de partida o ano académico 2008/2009, nota-se o aumento de docentes em todos os níveis de formação nos anos subsequentes. Nota-se também o aumento de número de docentes mestres e doutores, havendo já um número simbólico de docentes com nível de pós-doutoramento. Nos casos da Uni-CV e da Uni-Piaget, sublinha-se a existência de algumas oscilações de professores doutores, situação que pode ser justificada com os programas de mobilidades internacional que as duas universidades têm. De todo modo, é notável a não diminuição de número de docentes licenciados. Esta situação obriga as instituições e o próprio governo a investir na melhoria contínua do corpo docente do ensino superior cabo-verdiano.

Tabela 2- Nível de formação dos docentes por instituição de ensino superior

Instituição	2008/2009			2009/2010			20010/2011			
	Lic	Mes	Dout	Lic	PG/Mes	Dout	Lic	PG/Mes	Dout	P.Dot
Uni-CV	146	108	17	121	117	25	160	221	128	10
Uni-Piaget	129	67	13	114	62	7	89+1*	72	11	
UM	66	19	5	85	12	2	54	18	10	
US	11	25	5	18	27	5	30	57	5	
ISCEE	37	89	5	72	63	3	63	64	5	
ISCJS	10	20	3	10	17	2	16	36	4	
UNICA	14	10	4	29	10	4	55	17	5	
ULCV	42	9	2	50	13	5	39	26	6	
M-EIA	4	1	1	10	2	4	5	4	1	
Total	465	352	27	509	323	57	511*	515	175	10

*- 1 Bacharel/ Fonte: Anuários da Educação 2008/2009; 2009/2010 e Anuário do Ensino Superior 2010/2011

1.5 Número de novos efectivos contemplados com bolsas de estudo no país, nos últimos 3 anos.

Tabela 3- Contemplados com bolsas de estudos nos últimos 3 anos académicos

Instituição	2008/2009		2009/2010		20010/2011	
	Efectivos	Bolseiro	Efectivo	Bolseiros	Efectivo	Bolseiros
UniCV	3245	101	4050	131	4549	197
UniPiaget	212	39	1880	32	1870	51
UM²	749	36	580	46	797	38
US	335	11	545	15	825	39
ISCEE	1034	37	1675	67	1907	118
ISCJS	537	7	897	23	979	36
UNICA	107	4	162	5	267	9
ULCV	266	11	332	16	547	24
M-EIA	19		23		28	
Total Geral	6504	246	10144	335	11769	512

Fonte: Anuário da Educação 2008/2009; 2009/2010; Anuário do Ensino Superior 2010/2011 (não publicado); Relatório dos Serviços de Acesso ao Ensino Superior (Ano Académico 2010/2011). OBS: Inclui todos os seguintes níveis de formação: Licenciatura, Complemento de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.

² Idem

2. Caracterização da DGES e acções desenvolvidas.

A Direcção-Geral do Ensino Superior, abreviadamente designada por DGES, é o serviço central da administração directa do Estado que tem por missão assegurar a concepção, execução e coordenação das políticas que, no domínio do ensino superior, cabem ao Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação (MESCI)³.

É um serviço que comporta duas estruturas (Direcções de Serviços [o serviço de acesso ao ensino superior e o serviço que assegura o reconhecimento de graus académicos estrangeiros]); o seguimento das instituições do ensino superior e todo o trabalho técnico ligado ao funcionamento das instituições e dos cursos do ensino superior no país. O quadro de pessoal é reduzido e o enquadramento deste é pouco mobilizador de uma dinamiza forte e desafiante de um serviço como a DGES. Este é um problema que deve ser resolvido.

Quanto às instalações e equipamentos, com os investimentos feitos nos últimos dois anos, a situação é bastante boa. Todos os colaboradores dispõem de equipamentos (secretárias e computadores) novos.

Graças às receitas provenientes das taxas⁴, a DGESC dispõem de condições financeiras para assegurar o seu normal funcionamento quanto à aquisição de equipamentos de desgaste rápidos e consumíveis. Para fazer face à deficiência energética da Electra, foi adquirido um gerador que garante o normal funcionamento, particularmente do serviço de acesso ao ensino superior, que está constantemente a gerir concursos e com prazos, muitas vezes bastante apertados.

Um dos maiores problemas da DGESC é a falta de uma viatura. Não obstante, os esforços feitos, este é um problema que persiste e tem causado enormes dificuldades.

Considerando a complexa missão da DGESC, este serviço vem trabalhando em duas frentes. Por um lado, proceder ao seu desenvolvimento institucional que abrange aspectos da produção de instrumentos jurídicos que constituem ferramentas de acção no quadro da regulação e desenvolvimento do ensino superior e a capacitação do seu pessoal; e por outro lado, assegurar, ainda que com precariedade a regulação, a avaliação e um conjunto de actividades técnicas no quadro da promoção do ensino superior em Cabo Verde.

³ Orgânica do Ministério

⁴ Decreto-lei N° 5/2010, de 8 de Março

2.1. Desenvolvimento Institucional da Direcção-Geral do Ensino Superior

2.1.1. Continuidade do Projecto “Assessoria ao Governo de Cabo Verde no âmbito do ensino superior

Considerando os desafios decorrentes da necessidade do desenvolvimento de um ensino superior impulsionadora do desenvolvimento económico do país e que garanta o bem-estar aos cabo-verdianos, a montagem de um sistema de garantia de qualidade é um imperativo, abrangendo toda a cadeia de capacitação da DGES; regulação; fiscalização; e avaliação das IES. É neste quadro, que o projecto “Assessoria ao Governo de Cabo Verde no âmbito do ensino superior” assinado, em 2008, entre o Governo de Cabo Verde e o Governo de Portugal, cujo financiamento é assegurado pelo IPAD, vem sendo desenvolvido desde então, sob a coordenação do Prof. Pedro Lourtie. Recorda-se que o projecto abrange três vertentes a saber: i) a produção do quadro Jurídico (novo regime das IES, que abarca as instituições públicas e privadas; o regime de graus académicos e diplomas; e o regime de acesso ao ensino superior); ii) a avaliação das duas IES mais antigas (então IESIG e a Uni-Piaget, em 2010) e reorganização e capacitação da DGES.

O ano de 2011, apesar de ser um ano de eleições legislativa e da reconfiguração do ensino superior num novo Ministério, (Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação), conheceu realizações importantes se comparadas com os objectivos estratégicos que norteiam as acções da DGESC e do MESCI. Assim, as acções da DGES orientaram-se, em primeiro lugar, pela adaptação às novas orientações da tutela, e que tiveram implicações nos regimes jurídicos, particularmente no do Acesso e Ingresso ao Ensino Superior, cujo desenvolvimento se encontravam em curso. Em decorrência de esses procedimentos, desencadeou-se um conjunto de acções de reestruturação, socialização e debate dos referidos dispositivos legais, considerados estruturantes para os novos desafios que se impõe ao ensino superior cabo-verdiano. Por outro lado, sublinha-se a realização de actividades de formação/capacitação do pessoal da DGESC, abrangendo todos os sectores.

2.1.1.1. Produção do Quadro Jurídico

O quadro jurídico do ensino superior cabo-verdiano em estruturação assenta-se em 3 regimes: o novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior; o Regime Jurídico de Graus e Diplomas do Ensino Superior e o Regime de Acesso e ingresso ao Ensino Superior. De uma forma muito breve, proceder-se-á, de seguida, à análise das suas preocupações fundamentais e o estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Relativamente ao novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, documento fundamental para o lançamento dos novos horizontes para a organização e funcionamento das Instituições do ensino superior (IES), as preocupações norteadoras são essencialmente as seguintes: sintetizar a curta trajectória histórica do ensino superior cabo-verdiano, apresentando em forma de lei as estratégias para a sua melhor organização e desenvolvimento; promover uma efectiva aproximação entre as instituições do ensino superior (pública e privada) e a tutela do sector, sem perder de vista a autonomia científica, cultural e pedagógica das instituições e as atribuições e competências do estado enquanto regulador e supervisor do processo no quadro das suas responsabilidades sociais; aperfeiçoar os mecanismos científicos, pedagógicos e organizacionais que comprometem a assunção do desafio da qualidade enquanto elemento que emparelha as acções de todos os actores envolvidos no processo.

Em termos de estágio de desenvolvimento, pode-se considerar que o documento em questão encontra-se na sua fase final de elaboração. Sublinha-se que este processo contou com a participação de todos os sujeitos do sector, tendo para isso realizado um conjunto de actividades de socialização e discussão do referido regime junto das instituições do ensino superior do país.

No que tange ao Regime Jurídico de Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior, documento que também se encontra na sua fase final de elaboração, as questões matriciais que têm orientado a sua estruturação dividem-se em: i) estruturação de ciclos de estudos; ii) organização das estruturas curriculares; iii) a introdução do suplemento do diploma; iv) o registo e o funcionamento dos ciclos de estudos; v) e o reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros. Em resumo, este diploma pretende dar respostas às novas demandas que se impõem actualmente ao ensino superior relativamente à mobilidade internacional presente neste campo. O objectivo é estruturar uma ponte de aproximação aos sistemas educativos europeus e brasileiro, que, em boa verdade constituem tradicionalmente os dois pilares inspiradores do sistema educativo cabo-verdiano. Portanto, pelos objectivos estratégicos eleitos no país, há necessidade de criar condições para uma articulação aos referidos sistemas de ensino superior nos seus vários aspectos como a comparabilidade, a mobilidade discente e docente, e a promoção de desenvolvimento de projectos conjuntos entre as IES cabo-verdianas e as congéneres estrangeiras, quer no domínio do ensino (dupla certificação; valorização de créditos); quer no domínio da investigação científica.

De entre os regimes jurídicos atrás indicados, o de Acesso e Ingresso no Ensino Superior é o que tem merecido maior atenção da sociedade, por ser mais estruturante e o mais visível instrumento de promoção da qualidade. O objectivo fundamental é encontrar estratégias que possam ajudar na estruturação de um ensino superior de qualidade. Para tal, torna-se necessário averiguar o nível de entrada dos estudantes, na base de uma métrica comum de acesso. Esta averiguação centralizará em

conhecimentos e competências considerados como fundamentais para a autonomia do estudante. Espera-se que no primeiro semestre de 2012, todos os diplomas estejam aprovados.

2.1.1.2. Capacitação do Pessoal da DGESC

A formação/capacitação dos quadros da DGESC decorreu-se em dois momentos distintos abrangendo também outros tantos objectivos sectoriais distintos. Assim, na área de reconhecimento de Graus e Diplomas Estrangeiros de Ensino Superior, a formação decorreu de 03 a 05 de Outubro de 2011, na sede da DGESC. A ela assistiram os técnicos: Dra. Sandra Andrade, jurista, Dra. Paula Carvalho, Dra. Fernanda Gomes e Dr. Osvaldino Monteiro.

Durante a formação foram analisados todos os procedimentos administrativos conducentes ao processo de reconhecimento/equivalência de graus e diplomas estrangeiros em Cabo-Verde; foi proposta uma alteração ao site da DGESC, no que concerne ao domínio do reconhecimento; foram actualizados todos os formulários de pedido de equivalência e modelos de pareceres e certidões e feitas propostas de alteração dos mesmos, adaptando-os às novas exigências impostas pelo Regime Jurídico de Graus e Diplomas; foi feita uma proposta de base de dados para os registos dos reconhecimentos efectuados e o tratamento estatístico dos dados, tendo a Dra. Mateus, uma das formadoras, deixado uma cópia da Base de dados utilizada na DGES em Portugal. Foram analisados os processos de equivalência pendentes, complicados e dúbios; foi explicado o sistema de reconhecimento de graus superiores estrangeiros de Portugal através do Decreto-Lei 341/2007, bem como a possibilidade de conversão da nota e todos os procedimentos ulteriores à emissão de uma Deliberação no BO; ficou decidido um *follow up* desta formação, com a ida à Portugal da mesma equipa da área do reconhecimento, para que tenham um melhor enquadramento sobre a legislação recente no que concerne ao Ensino Superior e o seu enquadramento político e consequências no sistema, bem como de um contacto com o “saber fazer”, *in loco*, com os técnicos da área do reconhecimento da DGES desse país. De um modo mais palpável, da referida formação foi elaborado um manual de procedimentos para o processo de reconhecimento de graus estrangeiros adaptado aos novos regimes jurídicos. Portanto, o manual já foi concluído esperando a aprovação dos novos instrumentos legais referidos.

Ainda, no quadro do referido projecto, todos os técnicos da DGESC beneficiaram de mais uma formação, que teve lugar de 28 de Novembro a 02 de Dezembro de 2011. Esta formação teve como objectivo capacitar os técnicos da DGESC no que concerne a: i) interpretação da legislação relevante para o ensino superior e a sua aplicação em situações concretas; ii) elaboração de uma informação para as instâncias de decisão; iii) dar conhecimento as linhas gerais e mais importantes

da legislação em preparação; e iv) Desenvolvimento de competências necessárias à melhoria da organização do trabalho, designadamente nas relações de atendimento, quer seja ao público em geral, quer ao público interno da organização.

A formação baseou-se em dois módulos: Módulo 1: Aplicação da legislação no Ensino Superior e Módulo 2: Atendimento e Qualidade de Serviço. Em termos metodológicos, os dois módulos foram realizados essencialmente com base na simulação de situações concretas, possibilitando assim a interacção entre os participantes e incidindo sobre as questões que merecem adequado tecnicidade e tratamentos. Todos os participantes avaliaram como muito positiva a formação e, deixaram bem claro a necessidade de se proceder à formação do tipo periodicamente.

2.1.2. Montagem de um sistema cabo-verdiano de avaliação de instituições e cursos do ensino superior

A avaliação das instituições e cursos do ensino superior é uma das componentes fundamentais no quadro do sistema de garantia da qualidade do ensino superior. Para o efeito, torna-se necessário que a DGES, no quadro das competências, dispor de instrumentos de acção. Assim, quadro da capacitação institucional da DGES, no âmbito da cooperação com o Brasil, iniciamos o processo de montagem de um sistema cabo-verdiano de avaliação das IES e dos cursos, que deverá concluir com a avaliação das demais instituições por avaliar, na perspectiva de conhecer melhor as instituições e induzir a qualidade dos trabalhos, mas também aos níveis das estruturas organizacionais e funcionais.

É assim que, sob a orientação de Sua Excelência o Ministro do Ensino Superior, a pedido da DGES, uma delegação técnica do Ministério da Educação do Brasil deslocou-se de 19 a 25 de Novembro de 2011 à Cabo-Verde, com o objectivo de prestar assistência técnica para a concepção e implementação de um sistema de Avaliação das IES em Cabo Verde.

No decorrer da missão, foi feita a apresentação do Sistema de Ensino Superior de Cabo Verde e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior do Brasil e foi discutida e elaborada uma proposta de cooperação no domínio da criação de um Sistema de Avaliação do Ensino Superior de Cabo Verde. Ainda nesta missão, as duas equipas efectuaram visitas às Instituições de Ensino Superior que deverão ser avaliadas (UNICV, ISCLS, ULCV e M_EIA).

A equipa de trabalho (missão brasileira e DGESC) apresentou à sua Exc. o Ministro ESCI uma proposta de projecto de cooperação Brasil - Cabo Verde, visando o desenvolvimento do referido sistema. O objectivo desta proposta de cooperação é formar o pessoal da DGESC a fim de criar uma estrutura endógena de avaliação das Instituições do Ensino Superior cabo-verdianas.

O projecto deverá ser aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) até finais de Janeiro de 2012, devendo de seguida passar-se à sua execução.

2.1.3. Reorganização dos serviços e melhoria da qualidade de resposta

No exercício de organização e capacitação institucional da DGES, o ano de 2011, ainda ficou marcado pela entrada em funcionamento da Direcção dos Serviços Pedagógicos, Ciência e Tecnologia que, no quadro da orgânica da nova orgânica da DGES, em resultado da orgânica do novo Ministério (MESCI) a que passa a pertencer, passará a Serviço de Execução Técnica e Acompanhamento e Supervisão do Ensino Superior (SETASES). Por outro lado, no mês de Setembro, procedeu-se a substituição do antigo Director dos Serviços de Acesso, visando reforçar a articulação e melhoria do serviço. Ao par dessas acções, foram desencadeadas procedimentos que visam a melhoria organizacional e celeridade na resposta aos utentes. Com isso, foram desenvolvidos dois sistemas informáticos para melhoria do serviço de gestão financeira (SGF) e gestão de correspondência (SGC), estando em curso o desenvolvimento do sistema de gestão dos serviços de reconhecimento de graus académicos estrangeiros, assim como o de gestão dos concursos de vagas e bolsas, visando um melhor tratamento dos dados em informações.

3. Exercícios de reconhecimento de graus académicos e diplomas estrangeiros

O departamento responsável pelo reconhecimento de graus académicos e diplomas estrangeiros desenvolveu as suas actividades normalmente. Como já foi sublinhado anteriormente, o pessoal do referido departamento participou numa sessão de formação liderada por uma consultora da DGES de Portugal, considerada por todos como muito positivo. Por um lado, a formação serviu para uma análise reflexiva do que tem sido feito o exercício de reconhecimento de grau, no quadro do regime jurídico existente. Por outro lado, desenhou-se um conjunto de ferramentas que, com a aprovação dos novos regimes jurídicos atrás referidos, serão adaptadas. Assim, como também já foi referido, trabalhou-se numa espécie de Manual de procedimentos para o reconhecimento de grau.

Antes de debruçar-nos sobre os dados estatísticos relativos ao reconhecimento de graus e diplomas estrangeiros, sublinha-se que são poucos os dossiês pendentes e que a razão por estarem nesta situação tem a ver com a falta de informação para a continuidade do processo ou a necessidade confirmação dos dados e das referências junto das instituições. O departamento em questão tem tentado, sempre que possível, entrar em contacto com os utentes cujos processos se encontram pendentes buscando, conjuntamente, as saídas mais rápidas e fundamentadas para se dar continuidade aos processos.

Em termos estatísticos, os dados que se seguem inventariam alguns indicadores considerados como ilustrativos da situação do reconhecimento de graus e diplomas estrangeiros. De entre os vários indicadores possíveis, destacam-se: o número total dos diplomas reconhecidos; a quantidade dos diplomas reconhecidos por áreas; a procedência dos diplomas (em termos de países onde estudaram); entre outros indicadores.

Tabela 4 – Reconhecimento de Graus e Diplomas Estrangeiros nos últimos 5 anos

Grau	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Licenciatura	407	507	533	473	589	2059
Pós-graduação	21	14	25	104	50	214
Mestrado	58	76	93	107	176	510
Doutoramento	0	1	0	5	16	12
Especialidade Médica	11	4	10	24	13	86
Total	497	598	661	713	844	2371

Fonte: Registo dos Pedidos de Reconhecimento de Diplomas, DGESC

A tabela atrás apresentada (**Tabela 4**) sintetiza, de uma forma comparativa, a evolução do registo dos diplomas estrangeiros na DGESC nos últimos cinco (5) anos. Como se pode ver, a tendência é para o aumento de número de diplomas em todos os graus académicos. Relativamente ao doutoramento (em 2011), nota-se um aumento significativo de registos, comparativamente com o ano anterior (2010).

Em termos dos diplomas estrangeiros de licenciatura registados por sexo, sublinha-se uma ligeira supremacia do sexo feminino, como se pode ver na tabela seguinte (**Tabela 5**).

Tabela 5- Diplomas Estrangeiros reconhecidos por sexo e nível de formação (2011) (Graduação)

	Bacharel	Licenciatura	MV	Total
M	7	229	1	337
Sexo				
F	7	344	1	352
Total	14	573	2	589

Fonte: Registo dos Pedidos de Reconhecimento de Diplomas, DGESC

Um outro indicador considerado importante para a compreensão da dinâmica do reconhecimento dos diplomas de licenciatura tem a ver com a procedência, em termos de país de formação, dos

diplomas registados. A tabela a seguir (**Tabela 6**), referente ao ano 2011, mostra que ainda a maioria dos diplomas estrangeiros (licenciatura) registados na DGESC são provenientes de Portugal (cerca de 54.2%). É preciso ter em conta que, de entre esses diplomados, há uma taxa razoavelmente significativa de portugueses e estudantes de outras nacionalidades (lusófona) que estudaram em Portugal e que têm escolhido Cabo Verde para exercerem as suas profissões. Brasil segue-se a Portugal com cerca de 32 %. Sublinha-se ainda que a tabela em questão mostra também que existe uma expressiva diversidade de países escolhidos pelos cabo-verdianos para realizarem a sua graduação.

Tabela 6- Diplomas reconhecidos segundo país de formação (Graduação)

Países	Quantidade	%
Portugal	319	54.2
Brasil	189	32.1
Cuba	12	2.0
EUA	8	1.4
Espanha	6	1.0
Marrocos	6	1.0
Senegal	6	1.0
Outros países	43	7.3

Relativamente às áreas de formação, a Tabela 7 sugere que a maioria dos diplomas reconhecidos a nível de licenciatura relaciona-se com a área de Ciências Empresariais. É com notória satisfação que a seguir a esta área vem a de Engenharia e Tecnologia. É sobejamente conhecida a necessidade dos diplomados nesta área para os desafios que o país almeja afrontar.

Tabela 7– Diplomas estrangeiros reconhecidos segundo área de estudo

Áreas de Formação *	Diplomas. Registados
Ciências Empresariais	102
Engenharia, Tecnologia	82
Direito	64
Ciências Sociais	63
Ciências Médicas	36
Humanidades	35
Ciências da Educação e Formação de Professores	32
Ciências da Comunicação e Informação	23
Arquitectura, Urbanismo e Ordenamento Regional	16
Matemática, Informática	11
Ciências Naturais	9
Outras Áreas de Estudo	174

•Segundo a nomenclatura de OCDE

Um outro elemento que, no âmbito do reconhecimento dos diplomas estrangeiros torna-se importante sublinhar relaciona-se com as áreas dos diplomas estrangeiros reconhecidos tendo como base a naturalidade dos requerentes. Isto é, averiguar a possibilidade de tirar algumas ilações sobre a dispersão geográfica por áreas de conhecimento, dos diplomados. Assim, a tabela que se segue (Tabela 8) mostra que a maioria dos diplomas reconhecidos pertenceram aos requerentes que vivem na cidade da Praia. Seguido deste concelho, sublinham-se os casos de São Vicente, Santo Antão e Santa Catarina de Santiago, ocupando respectivamente os 2º, 3º e 4º lugares. Sublinha-se também que cerca de 3 dezenas de estrangeiros requereram na DGESC o reconhecimento dos seus diplomas.

Tabela 8 – Diplomas estrangeiros reconhecidos segundo naturalidade

Naturalidade	Frequência
Praia	247
São Vicente	82
Santo Antão	62
Santa Catarina de Santiago	46
Estrangeiro	29
Outras localidades	123
Total	589

4. Concurso de Vagas para Formação Superior no Exterior

4.1- Concurso Brasil – PEC-G/12

Este ano, contrário do que é habitual o concurso de vagas para o acesso ao ensino superior no Brasil no âmbito da cooperação PEC-G foi totalmente gerida e trabalhada pela embaixada do Brasil em Cabo Verde, embora dando conhecimento ao SAES de todos os trâmites do concurso. Contudo não podemos deixar de referir que participaram do concurso um universo de 176 alunos, onde 154 foram colocados e 100 alunos aceitaram a vaga.

Constrangimentos

Acabou por ser um “constrangimento” deixar de gerir um concurso que desde de sempre foi gerido por este serviço. E por outro lado, acaba por ser um pouco confuso para os candidatos, os pais e encarregados de educação que ao fim ao cabo, acabam por dirigir sempre ao serviço de acesso a solicitar as informações relativamente ao concurso atendendo em que todos estão habituados a ter e a ver este serviço como entidade reguladora do tal concurso. Entretanto, refiro que um dos principais objectivos deste serviço para o presente ano lectivo é recuperar a gestão deste concurso.

4.2 Concurso Portugal – Regime Especial de Acesso ao Ensino Superior

Tabela 9 - Síntese do concurso de vagas Portugal –2011-12

Licenciaturas	Portugal	Frequência	%
1º Momento Pré-selecção	Vagas disponibilizadas*	439	100
	Processos entrados	396	90,2
	Processos excluídos/desistentes/não considerados	84	19,1
	Nº de candidatos	312	71,0
	Pré-seleccionados	310	70,6
	Vagas sobrantes	129	29,3
2º Momento Colocação Definitiva	Nº de processos enviados**	327	100
	Aceitação de vagas confirmadas	-----	-----
	Colocados	317	100
	Não colocados	10	3,2
	Desistência após colocação definitiva	-----	-----
Total	Colocados em definitivo	317	317

Dos 317 colocados 16 são das Câmaras Municipais. Verifica-se que 10 (3,2 %) não foram colocados por serem colocados no ano anterior (ano 2010) não fizeram confirmação da vaga e não justificaram o motivo da não confirmação, portanto ficaram sem efectuar matrículas nas Universidades Portuguesas onde foram concedidas as vagas. Desses 10 não colocados dois casos foi a pedido do SAES para serem excluídos pela DGES por falsificação dos certificados do 12º ano.

Constata-se que sobraram 129 (29,3%) vagas das 439 disponibilizadas para as licenciaturas de raiz. Este facto explica-se: i) porque na fase de pré-inscrição nem todos os candidatos tinham concluído o 3º ciclo; ii) aquando da entrega dos documentos escolares, muitos não tinham alcançado a média exigida no concurso, por isso, acabam por desistir.

Constrangimentos:

- Curto espaço de tempo entre a recepção da lista dos cursos/estabelecimentos de ensino e o prazo limite para a entrega dos processos em Portugal;
- Dificuldades de algumas Câmaras na instrução correcta dos processos.

4.3.1 Vagas disponibilizada por Instituições Privadas Portuguesas às Câmaras Municipais

Tabela 10 – Síntese do concurso de vagas Portugal – Instituições Privadas-Processos enviados das Câmaras Municipais 2011-12

Processos	Nº	Instituições
Processos enviados	17	Lusófona; ISMAIA, MAIA, Atlântica
Estudantes não colocados	1	MAIA, ISMAI, Atlântica
Colocados	16	Lusófona; ISMAIA, MAIA, Atlântica

Dos 17 processos enviados, a maioria (16) foram colocados nas respectivas Instituições com as quais os municípios cabo-verdianos têm protocolo de cooperação no sector do ensino superior.

4.4 Concursos de vagas/bolsas em outros países - Cooperação

O SAES gere também concursos para outros países com vagas vinculadas a bolsas ou outros benefícios para formação superior. Este ano tivemos novos parceiros internacionais na disponibilização de bolsas (Austrália, Eslovénia e Sérvia), como pode-se ver no quadro abaixo. Dos novos parceiros, importa destacar a Austrália.

Esse país, pela primeira vez, pôs à disposição do Governo de Cabo Verde Bolsas de Estudo, de curta e longa duração. As bolsas de estudo de longa duração (12 a 24 meses) são para o nível de Pós-Graduação (Mestrado) e para estudos em Universidades Australianas.

Os sectores beneficiados foram: agricultura/segurança alimentar; gestão de recursos naturais; administração pública (incluindo a reforma do sector público, Comércio e Diplomacia; saúde materno-infantil; água e saneamento; mudanças climáticas e gestão do meio ambiente; educação (desenvolvimento curricular ou professores das instituições de ensino superior).

Em termos de selecção dos candidatos, o processo obedeceu várias fases: a primeira fase do processo de selecção foi documental tendo sido pré-seleccionados sete (7) candidatos para as entrevistas. A segunda fase, que decorreu de 15 a 20 do mês de Julho, foi por meio de testes e entrevistas realizados em Accra – Gana. Para a segunda fase do processo, Cabo Verde, através da DGESC, foi convidado pelo Governo de Austrália a integrar o Júri de selecção. Neste quadro, a Dra. Paula Carvalho foi indigitada pela Direcção do Ensino Superior e Ciência para, na qualidade de representante do Governo de Cabo Verde, participar como consultora/observadora na selecção dos candidatos. Deste processo foram seleccionados dois candidatos para Mestrado para o ano 2012, Dália Gomes e Eusébio Africano.

Ainda no âmbito do programa “Bolsas de Estudo de Pós-graduação (Mestrado) - Austrália 2012”, o Director Geral da DGES, Dr. Arnaldo Brito, participou, de 3 a 08 do mês de Outubro, na sessão de esclarecimento/formação dos candidatos dos PALOP’s (Angola, Moçambique e Cabo Verde). O relatório desta missão anexo ao presente documento incorpora mais detalhes sobre a mesma.

4.5. Síntese das Vagas/bolsas por Países

Como sugerem as tabelas 11, 12, 13, 14, 15 e 16 abaixo, é bastante diversificado o número de países que concedem vagas e bolsas aos estudantes cabo-verdianos quer a nível de graduação com pós-graduação. Efectivamente, os parceiros tradicionais de peso continuam a ser Portugal e Brasil. Destaca-se para presente ano, a entrada de um novo país no leque de países que disponibilizam bolsas e vagas ao Cabo Verde: a Austrália.

Tabela 11 – Síntese do concurso vagas/bolsas por Países – 2011-12

Países	Vagas/Bolsas		
	Disponibilizadas	Atribuídas	Aproveitadas
Cuba	4	4	4
Rússia	15	5	5
Argélia	9	3	3
Macau	3	3	3
Eslovénia	2	0	0
Japão	----	11	0
Sérvia	2	2	2
França	3	2	1
Austrália*	---	2	2
IPAD	33	33	33
China	14	14	14
Marrocos	30	30	30
Total Geral	115	109	97

4.5.1 Licenciatura

Tabela 12 – Síntese do concurso de vagas-bolsas Graduação/2011-12

Países	Nº de vagas/bolsas		
	Disponibilizadas	Atribuídas	Aproveitadas
Argélia	9	3	3
China	5	5	5
Macau	3	3	3
Cuba	5	4	4
Marrocos	30	30	30
Rússia	15	5	5
IPAD CV	10	11	11
Total	72	61	61

4.5.2 Mestrado

Tabela 13 – Síntese do concurso de vagas-bolsas Mestrado/2011-12

Países/Financiadores	Nº de vagas/bolsas		
	Disponibilizadas	Atribuídas	Aproveitadas
Canadá	2 ^a)	----	-----
China	8	8	8
França*	3	2	1
IPAD	18	18	18
Total	31	28	27

*Tivemos apenas 2 candidatos

- a) O resultado definitivo que é apresentado pelas autoridades canadenses competentes por uma lista nominal dos candidatos.

4.5.3 Doutoramento

Tabela 14 – Síntese do concurso de vagas-bolsas Doutoramento/2011-12

Países/Financiadores	Nº de vagas/bolsas		
	Disponibilizadas	Atribuídas	Aproveitadas
França	3	1	0
IPAD	4	4	4
Total	7	5	4

4.6 Bolsas do Governo de Cabo Verde – Formação no Exterior Portugal

4.6.1 Portugal

Tabela 15 – Síntese do concurso de bolsas do Gov. de C. Verde - Licenciatura em Portugal e Cont. Estudos em Portugal /2011-12

Licenciatura de raiz	Nº
Nº de Bolsas disponibilizadas	54
N.º de candidatos inscritos	137
N.º de candidatos excluídos	57
N.º de candidatos	80
Nº de candidatos contemplados com bolsas	54
Continuação de Estudos	
Nº de Bolsas disponibilizadas	3
N.º de candidatos inscritos	14
N.º de candidatos excluídos	10
Nº de candidatos contemplados com bolsas	3

4.6.2 Brasil

Tabela 16 – Síntese do concurso de bolsas do Gov. de C. Verde – Licenciatura no Brasil/2011-12

Licenciatura de raiz	Nº
Nº de Bolsas disponibilizadas	5
N.º de candidatos inscritos	39
N.º de candidatos excluídos	18
N.º de candidatos	21
Nº de candidatos contemplados com bolsas	5
Continuação de estudos	
Nº de Bolsas disponibilizadas	-----
N.º de candidatos inscritos	-----
N.º de candidatos excluídos	-----
N.º de candidatos	-----
Nº de candidatos contemplados com bolsas	-----

4.7 Bolsas do Governo de Cabo Verde – Formação no País

4.7.1 N° de beneficiários por instituição

Tabela 17 – Síntese do concurso de bolsas do Gov. de C. Verde Formação no País/2011-12 por Nível

Instituição	Form. Raiz	Cont. Estudos	Mestrados	Doutoramento	TOTAL
Uni-CV	82	33	6	0	121
ULCV	12	9	0	0	21
Uni-Piaget	33	9	0	0	42
US	15	13	0	0	28
UM	18	9	3	0	30
UNICA	6	2	0	0	8
ISCEE	40	20	0	0	60
ISCJS	21	10	0	0	31
M_EIA	0	0	0	0	0
TOTAL	227	105	9	0	341

Tabela 18 – Síntese do concurso de bolsas do Gov. de C. Verde Formação no País/2011-12 por Atribuição

IES	Curso de Licenciatura		Total
	Raiz	Continuação de estudos	
ULCV	12	9	21
UM	18	9	27
Uni-Piaget	33	9	42
US	15	13	28
ISCEE	40	20	60
ICSJ	21	10	31
M_EIA	0	0	0
UNICA	6	2	8
Uni-CV	82	33	115
Total	221	111	332

4.8 Bolsas da Cooperação Portuguesa (IPAD) – Formação no País (graduação)

Tabela 19 – Síntese do concurso de bolsas da Cooperação Portuguesa – Formação no País (2011/12)

INSTITUIÇÃO	TOTAL
Uni-CV	7
ULCV	1
Uni-Piaget	0
US	1
UM	0
ÚNICA	0
ISCEE	1
ISCJS	1
M_EIA	0
Total	11

6 - Continuação do estudo desenvolvido pelo Banco Mundial, sobre o ensino superior cabo-verdiano

Em Junho de 2009, o governo de Cabo-Verde, através de Sua Excelência a Senhora Ministra das Finanças, endereçou uma carta ao Banco mundial, solicitando o apoio desta organização à estruturação e organização do ensino superior em Cabo-Verde. O Banco mundial respondeu positivamente, tendo proposto duas etapas neste processo. A primeira etapa consistiria na realização de uma revisão do sector do ensino superior, com vista a identificar as suas forças, fraquezas e oportunidades, e a apresentar recomendações sobre as prioridades em matéria de medidas de políticas públicas. Numa segunda etapa, o Banco mundial poderia considerar a possibilidade de um apoio ao governo de Cabo-Verde na materialização de algumas das medidas preconizadas, e/ou na mobilização de recursos financeiros junto de outras agências de desenvolvimento para o sector do ensino superior. Além disso, o estudo poderá representar um importante subsídio para a perspectivada elaboração do Plano Estratégico Nacional do Ensino Superior.

Para a elaboração do estudo foi constituído quatro grupos de trabalho: acessibilidade/qualidade, financiamento, relevância e governação.

A equipa do Banco Mundial realizou três visitas de trabalho a Cabo Verde em Maio 2010, Dezembro de 2010 e Maio de 2011, para a recolha de dados para o estudo e o estudo deverá ser apresentado no início de 2012.

7. Aspectos de Gestão Administrativa e Financeira

As tabelas 20 e 21 bem como o anexo relativo aos inventários ilustram a situação da DGESC relativamente à gestão administrativa e financeira, assim como a gestão patrimonial. Realça, antes de mais que, as receitas da DGESC são essencialmente provenientes dos pedidos de reconhecimento de graus e consequente emissão da certidão. Um outro elemento importante neste item de receitas tem a ver com a venda do Boletim de Acesso ao Ensino Superior. Relativamente às despesas, destaca-se o aluguer de viaturas como o principal item. De resto, esta situação demonstra os gastos que existem devido à falta de uma viatura própria da instituição.

Tabela 20- BALANCETE GERAL - 2011

DISPONIBILIDADES		Debito	Credito	S.Devedor	S.Credor
Saldo do Ano Anterior		418.657,00			
Receitas do ano		2.112.200,00	1.781.389,00	749.468,00	0,00
Sub Total		2.530.857,00	1.781.389,00	749.468,00	0,00
RECEITAS					
211	Certidão de Licenciatura	888.000,00	0,00	888.000,00	0,00
212	2ª via Certidão de Pós-Graduação que não confere grau	68.400,00	0,00	68.400,00	0,00
213	Certidão de Mestrado	358.000,00	0,00	358.000,00	0,00
214	Certidão de Doutorado	39.000,00	0,00	39.000,00	0,00
215	2ª via de Certidão de Licenciatura	20.300,00	0,00	20.300,00	0,00
221	2ª via Certidão de Pós-Graduação que não confere grau	0,00	0,00	0,00	0,00
222	2ª via de Certidão de Mestrado	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00
223	2ª via de Certidão de Doutorado	0,00	0,00	0,00	0,00
224	Declaração para Estudante	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00
231	Declaração para IES	0,00	0,00	0,00	0,00
232	Boletins de cand. a vaga e bolsa Licenciatura	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00
241	Boletins de cand. a vaga e bolsa Mestrado	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
242	Pedido de instalação de IES	0,00	0,00	0,00	0,00
251	Pedido de autor. de funcionamento de curso	107.000,00	0,00	107.000,00	0,00
252	Pedido reconh. de graus e diplomas de curso	0,00	0,00	0,00	0,00
261	Alteração de Plano de Curso das IES	0,00	0,00	0,00	0,00
262	Alteração de Estatuto das IES	0,00	0,00	0,00	0,00
263	Pedido de autor. Para ext. geog. de uma IES	0,00	0,00	0,00	0,00
264	Boletins de candidatura a bolsas e vagas	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00
265	Boletins de acesso ao Ensino Superior	430.000,00	0,00	430.000,00	0,00
266	Outras receitas	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00
Sub Total		2.112.200,00	0,00	2.112.200,00	0,00
DESPESAS					
311	Gratificação	243.887,00	0,00	243.887,00	0,00
312	Aluguer de viatura	337.025,00	0,00	337.025,00	0,00
313	Fundo Caixa	131.000,00	0,00	131.000,00	0,00
321	Deslocações e estadias	124.482,00	0,00	124.482,00	0,00
322	Serviço de Transportes	4.140,00	0,00	4.140,00	0,00
324	Outras despesas	358.028,00	0,00	358.028,00	0,00
331	O. Bens e equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
332	Combustíveis e lubrificantes	238.383,00	0,00	238.383,00	0,00
333	Consumo de secretaria	43.255,00	0,00	43.255,00	0,00
341	Materiais de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00
342	Conservação/Manutenção da viatura	218.079,00	0,00	218.079,00	0,00
343	Conservação/Manutenção da instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
344	Água	72.610,00	0,00	72.610,00	0,00
351	Serviços de reprografia/grafia	0,00	0,00	0,00	0,00
352	IVA	0,00	0,00	0,00	0,00
353	Serviços bancários	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00
362	Inspeção Técnica de viatura	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00
Sub Total		1.781.389,00	0,00	1.781.389,00	0,00
TOTAL		2.112.200,00	2.112.200,00	2.112.200,00	2.112.200,00

Tabela 21-Orçamento de funcionamento 2011

Código Econ.	DESIGNAÇÃO	Verba inicial	Gastos	Gastos	Gastos	Total
	Despesas Correntes					
03.03	Fornecimentos e serviços externos	600.000,00				
03.03.03	Combustíveis e lubrificantes	200.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	135.000,00
03.03.04	Conservação e Manutenção	100.000,00	4.025,00	6.900,00	25.151,00	36.076,00
03.03.06	Consumo de Secretaria	200.000,00	59.611,00	58.149,00	49.298,00	167.058,00
03.03.14	Limpeza, higiene e conforto	100.000,00	50.129,00	49.861,00	0,00	99.990,00

8-Avaliação Final /Conclusões Prospectivas

Em forma de síntese, pode-se considerar que o balanço do ano 2011 foi positivo, tendo em atenção o esforço e o empenho de toda a equipa foi possível a realização de todo o plano de actividades previsto a desenvolver e ter cumprido todos os prazos estabelecidos. Contudo, ainda existem alguns constrangimentos tais como, o recrutamento e a afectação de novos quadros com perfis específicos e afectação de maiores meios financeiros.

Há necessidade de desenvolver o sistema de seguimento dos estudantes no exterior, já existente e gerido pela FICASE e a promoção de encontros regulares nos estabelecimentos de ensino secundário do país (em concertação com a Direcção do Ensino Secundário) para prestar esclarecimentos relacionados com as políticas de atribuição de bolsas e de vagas.

Ficou claro que é preciso desenvolver outros mecanismos de financiamento de bolsas estudo, uma vez que a procura se encontra a uma dimensão muito superior à capacidade de oferta. Depreende-se também a necessidade de se aprimorar os critérios de atribuição de bolsas, que possivelmente poderá levar a uma profunda revisão do regime jurídico de bolsas de estudo. Aporta ainda registar que das ofertas de bolsas recebidas do exterior, torna-se necessário uma reflexão no seu aproveitamento, uma vez que, com a oferta que o país dispõe, não se justifica aproveitar as bolsas de alguns países que não garantem a segurança dos nossos estudantes.

9- Conclusão

O ano de 2011 representou mais um ano de desafio para a DGESC e para o ensino superior cabo-verdiano. Não obstante ser um ano das eleições e de mudança de tutela, muitas actividades foram desenvolvidas com destaque para a produção do quadro jurídico reorganização da DGESC e capacitação do pessoal. Procurou-se assegurar o acompanhamento do funcionamento das IES, mas

reconhece-se que, com limitações de pessoal e mesmo no domínio de instrumentos jurídico, esse trabalho ficou aquém do desejado e necessário. Ao nível dos serviços corriqueiros, consideramos que houve melhorias no sector de reconhecimento de graus académicos que se preveja que seja mais célere e quanto aos concursos de vagas e bolsas, os processos decorreram, com normalidade, embora há aspectos profundos que devem merecer atenção.

10- Recomendações

Tanto o Governo como a Sociedade cabo-verdiana ambicionam um ensino superior de qualidade, isto é, um ensino superior que seja capaz de alavancar a economia nacional, garantir o emprego aos diplomados e proporcionar o bem-estar social. Em face disso, há uma enorme responsabilidade sobre os actores e parte dessa responsabilidade recai sobre a DGESC. Assim, o programa de reestruturação e capacitação institucional da DGESC deve ser reforçado e consolidado. Para o efeito, recomendamos o seguinte:

- (i) Conclusão dos regimes jurídicos e garantir as suas implementações;
- (ii) Reforço do quadro jurídico, com a elaboração da grelha curricular;
- (iii) Desenvolvimento do sistema cabo-verdiano de avaliação das IES e cursos;
- (iv) Reforço do quadro de pessoal da DGESC;
- (v) Reforço na capacitação do pessoal da DGESC;
- (vi) Implementação de vistas de fiscalização às IES;
- (vii) Avaliação IES;
- (viii) Reforço na recolha e tratamento de dados sobre o ensino superior;
- (ix) Divulgação dos dados necessário a melhorar o conhecimento social das IES e favorecer uma escolha esclarecida dos cursos;
- (x) Melhoramento dos critérios de atribuição de bolsas;
- (xi) Revisão do regime jurídico das bolsas de estudo;
- (xii) Reflexão sobre o aproveitamento das bolsas oferecidas por alguns países;
- (xiii) Implementação de novos sistemas de mobilização de recursos para financiar a formação;
- (xiv) Melhoria no sistema de comunicação da DGESC com a sociedade;
- (xv) Reforço da eficácia e eficiência da DGESC
- (xvi) Aquisição de uma viatura para a DGESC

11- Anexos

RELATÓRIO

MISSÃO a Maputo

OBJECTIVO DA MISSÃO: Participação na sessão de esclarecimento/formação de bolseiros candidatos dos PALOP's a formação na Austrália em 2012 e apresentação dos programas (cursos de curta e longa duração) para 2013

PERÍODO DA MISSÃO: 03 - 08 de Outubro

LOCAL DA MISSÃO: Maputo - Moçambique

De 3 a 08 do mês de Outubro, participamos na sessão de esclarecimento/formação dos candidatos dos PALOP's (Angola, Moçambique e Cabo Verde) seleccionados para beneficiarem das bolsas de estudo do Governo Australiano para 2012, no âmbito do programa “Bolsas de Estudo de Pós-graduação (Mestrado) na Austrália 2012” e apresentação do programa para o ano de 2013.

Pela primeira vez, Cabo Verde é convidado pelo Governo Australiano a participar do concurso “Bolsas de Estudo Australiana”. Esta é uma iniciativa que se enquadra no âmbito do programa “Ajuda Australiana para o Desenvolvimento Internacional e é gerido pela Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional (AusAID).

As áreas de estudo prioritárias para a bolsa de estudo são:

Sector Público

- Agricultura/Segurança Alimentar
- Políticas públicas (incluindo reforma do sector público, Comércio e diplomacia)
- Desenvolvimento Curricular na Educação

Sector Privado

- Segurança Alimentar incluindo Agricultura e Pescas
- Gestão de Recursos Naturais
- Água & Saneamento

Sector da Sociedade Civil (ONGs)

- Segurança Alimentar Incluindo Agricultura e Pescas
- Saúde incluindo a Saúde Materno Infantil
- Gestão de Recursos Naturais
- Água & Saneamento

O concurso de bolsa teve lugar no mês de Abril/Maio, através do sistema *online* e foram consideradas 7 candidatas cabo-verdianas. Essas tiveram que participar do processo de selecção, conjuntamente com os candidatos de outros países, no Gana no período de 15 a 20 de Julho, cujas despesas de deslocações e estadias foram suportadas pelo Governo Australiano.

Tendo em conta a natureza do programa, visando o desenvolvimento dos países, no processo de selecção é valorizada o perfil do candidato e o seu engajamento nos desafios do desenvolvimento institucional do sector onde trabalha e do país. Dos sete candidatos, apenas dois foram seleccionadas para a bolsa de Mestrado.

Nome	Instituição	Área de Mestrado	Universidade
Eusébio Africano dos Reis Varela	Liceu de Santa Cruz	Educação-Desenvolvimento Curricular	University of Notre Dame
Dalia Regina Soares Gomes	Ministério do Turismo Industria e Energia	Turismo – Sustentabilidade e Desenvolvimento	Curtin University of Technology

Esses candidatos juntaram-se aos demais de Angola, que apenas participa com um candidato, e aos de Moçambique, cujo número ultrapassa vinte. Importa salientar que os dois países continentais e particularmente o ultimo já participa do programa desde os anos 90.

Durante os dias 6 e 7, mediante um programa (Cf.anexo) os responsáveis australianos procuram esclarecer todos os aspectos da vida na naquele país continental do Indico visando a integração e sucessos dos estudantes. Austrália é um país muito rigoroso e muitos procedimentos, tanto ao nível académico como social, são completamente diferentes do quotidiano dos estudantes. É nesta base que existe um programa específico de preparação dos estudantes, dando-lhe uma antevisão do mundo australiano, visando a diminuição do impacto contrastante com que serão confrontados ao chegar e garantir uma rápida inserção e sucesso na formação. Para melhor informar os candidatos, a organização convidou os antigos e recentes estudantes moçambicanos beneficiários do programa para explicar, ilustrar e preparar nos novos que agora vão seguir. Dessa forma, todos os aspectos

foram explicados e analisados de forma detalhada e bem ilustradas, inclusive com DVD's, procurando dar a imagem do real.

Atento aos esclarecimentos, depoimentos e questionamentos, passando uma radiografia sobre a sociedade australiana, pudemos perceber da cultura de rigor que marca os australianos, tanto no mundo académico como na vida social. É um povo extremamente rigoroso. Com essa observação, duas coisas ficam asseguradas para quem faz a formação na Austrália: a formação de qualidade e uma grande alteração na personalidade individual. Basta ver que nas Universidades Australianas, *a não participação na aula é considerada uma ofensa ao professor. Também ir às compras e pedir para que o preço do produto seja baixado é considerado uma ofensa. Nenhum trabalho feito pelo estudante é entregue ao professor sem passar pelo crivo da verificação do plágio, através de um programa informático.*

Uma das particularidades desse programa, é que após a conclusão da formação, o diplomado é obrigado, no espaço de cinco dias a voltar ao seu país de origem e durante dois anos não pode regressar a Austrália, a menos que seja numa missão de serviço oficial. O programa tem a preocupação de acompanhar o diplomado ao regressar ao seu país e vai actualizando os dados desses através de uma base de dados para poderem avaliar o impacto da formação e dos propósitos do Programa Australiana da Ajuda Internacional (AusAID).

Para além formação de longa duração para cursos de Mestrado, a AusAID dispõem de um programa de formação curta, visando o desenvolvimento dos profissionais e das respectivas instituições que devem ser promotoras das suas candidaturas ao curso. Assim, como referimos anteriormente, um dos objectivos da missão de Maputo, consiste na apresentação das ofertas formativas de curta duração para 2013, cujo concurso de candidatura decorre de 1 de Outubro a 16 de Dezembro de 2011. As áreas disponibilizadas a Cabo Verde são (I) **Agricultura** (gestão pós-colheita e captação de água); **Políticas Públicas** (reforma das políticas de educação técnico-profissional e aperfeiçoamento dos conhecimentos de educação técnico-profissional) e (III) **Formação na Língua Inglesa**. Os cursos terão uma duração de até três meses e os candidatos devem ser nomeados pelos responsáveis dos serviços a que pertencem. No total, podem ser admitidos até 4 candidatos por cada área. A participação de mulheres deve ser incentivada.

Quanto aos cursos de longa duração (Mestrado) para 2013, Cabo Verde, até este momento, não faz parte da lista divulgada dos países a serem contemplados. Ao sermos informados, procuramos conhecer as razões. A AusAID considerou que a participação de Cabo Verde para 2012, com sete candidatos e, dos quais, dois foram seleccionados, é uma participação fraca e, por essa razão, deduziram que talvez esta não seja a nossa prioridade, pelo que fizeram-nos constar apenas no programa de curta duração.

Perante o facto, procuramos contrariar a situação, justificando a “fraca” participação, a necessidade e o interesse do nosso país em continuar a fazer parte dos países beneficiários do programa. Relativamente à dita fraca participação, justificamos que o facto ficou-se a dever ao curto período de tempo em que decorreu o concurso e também por ser pela primeira vez e para um país que não fazia parte dos nossos circuitos normais de formação. Mas mesmo assim, a nossa participação é superior a da Angola. Em segundo lugar, justificamos o interesse do país em continuar a beneficiar do programa, tendo em atenção o desenvolvimento das capacidades endógenas, nos domínios do corpo docente e investigadores, para a promoção do ensino superior, da ciência e inovação e todo o programa de desenvolvimento do país em curso.

Depois de várias discussões, para a nossa satisfação, a chefe da delegação australiana, a Conselheira Percy Stanley, estabeleceu o contacto com a sede do programa na Austrália, considerando as nossas explicações e, pouco tempo depois, recebeu a resposta que Cabo Verde vai fazer-se constar da lista dos países beneficiários do programa de cursos de longa duração (Mestrado) para 2013, cujo processo de concurso decorre de 1 de Outubro a 28 de Fevereiro de 2012. Portanto, com um período de tempo significativo, assumimos o compromisso de divulgar as informações e trabalhar de forma institucional junto dos diferentes departamentos e organismos para garantir uma boa participação do país no programa de 2013. No entanto, dado que a decisão de não fazer Cabo Verde figurar-se na lista para 2013, tinha sido tomado ao nível superior, torna-se necessário, apesar da decisão de fazer-nos constar, de novo, torna-se necessária uma intervenção diplomática através de uma carta do Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação ao Embaixador da Austrália em Cabo Verde, baseado em Lisboa, em que solicita e justifica a inclusão de Cabo Verde na Lista para 2013. Esta é uma recomendação que ficou assente e deve-se ser muito rápido. Até porque o concurso já se iniciou desde o dia 1 de Outubro e decorre até 28 de Fevereiro. Consideramos que este é um dos aspectos mais importantes da nossa missão ao Maputo.

Para finalizar, importa referir que tivemos a honra de nos encontrar com o Cônsul honorário de Cabo Verde em Moçambique, o Dr. Simão Barbosa, que participou do acto de encerramento do evento de Maputo, dignificando o país. Mas também teve a gentileza de nos dar a conhecer um pouco a cidade de Maputo, pelo que lhe ficamos muito gratos.

Cidade da Praia, DGESC, 10 de Outubro de 2011.

Arnaldo Jorge Brito

Director-Geral

Anexo 2 - Visita de Sua Excelência o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação às Instituições de ensino superior em São Vicente

Visita de Sua Excelência o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação às Instituições de ensino superior em São Vicente

No dia 22 de Julho, Sua Excelência o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação, acompanhado do Director-Geral do Ensino Superior e Ciência, procedeu-se a visita às Instituições de ensino superior sedeadas no Mindelo, com o objectivo de conhecer as instituições e partilhar com os seus responsáveis um conjunto de ideias e acções que pretende desenvolver, enquanto governante tutela do sector.

A visita começou pelo ISCEE, onde a delegação foi recebida pelas novas responsáveis da instituição que falaram das suas preocupações em instalarem os órgãos de gestão, com destaque para os Conselhos Científico e Pedagógico, mas também demonstraram estar muito preocupadas com a qualidade da formação e que estão cientes de que o aumento de número de estudantes na instituição foi excessivo nesses últimos anos. As instalações do ISCEE, tanto no Mindelo como na Praia, constituem uma preocupação para os seus responsáveis, uma vez que não dispõem de espaços próprios e com o agravante de, no caso de Mindelo, os actuais espaços se revelarem insuficientes.

A segunda instituição visitada foi a Universidade do Mindelo (UM). Depois de um percurso por todos espaços da instituição, com destaque para a mediateca e os laboratórios de multimédia, de língua e enfermagem. Na sala de reuniões, o Magnífico Reitor da UM abordou as principais linhas mestras da instituição para os próximos tempos. A internacionalização em direcção à África Ocidental é uma preocupação, razão pela qual, contactos vêm sendo desenvolvidos junto das autoridades académicas da Universidade na Gâmbia e da Universidade Cheikh Anta Diop no Senegal e, através desses dois países, estende-se pela região da CDEAO. Uma das oportunidades a serem exploradas, em primeira-mão, nesse processo de internacionalização, é a mobilidade do corpo docente, que no caso da Gâmbia, estão dispostos a receberem docentes da UM para ali leccionarem durante um período de seis meses. O reconhecimento da importância das línguas inglesa e francesa, enquanto capitais do conhecimento, constem principais motes para a cooperação com instituições referenciadas, sendo certo que, num período mais avançado, a UM pretende promover o desenvolvimento de projectos de investigação conjunta entre os seus investigadores e

os das duas universidades. Aproveitando a deixa, Sua excelência o Ministro aproveitar para informar que pretende convidar o seu homólogo senegalês para visitar Cabo Verde, no quadro da promoção da cooperação no domínio do ensino superior, Ciência e inovação entre Senegal e Cabo Verde.

Falando da investigação, o Reitor da UM, revelou que a sua instituição já assumiu-a, mas que há um problema a ser ultrapassado em Cabo Verde que é a questão do financiamento e do envolvimento das empresas nacionais no financiamento da investigação. Considera que as empresas nacionais não estão sensibilizadas sobre a matéria. Como estratégia para envolver as empresas nacionais, sugere o Ministro que se deve, em primeira mão, mobilizar financiamento de empresas estrangeiras e que este influenciará as empresas nacionais a participarem-se no financiamento da investigação científica e tecnológica.

No período da tarde, a visita prosseguiu-se pela Universidade Jean Piaget, extensão de Mindelo, onde a delegação foi recebida pelo Magnífico Reitor daquela instituição universitária que manifestou sentir-se muito honrado com a visita de Sua Excelência o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação e do Director-Geral do Ensino Superior. Depois de uma abordagem geral das principais preocupações do ensino superior, a delegação partiu-se para a Universidade Lusófona para concluir a primeira visita do governante tutela do ensino superior a Mindelo.

Durante a visita, Sua Excelência o Ministro abordou com as instituições, essencialmente, as seguintes ideias e acções:

- ❖ A realização das provas nacionais de acesso ao ensino superior a partir do ano lectivo 2012/2013
- ❖ A criação da agência para a promoção da investigação científica e tecnológica
- ❖ Desenvolvimento de instrumentos e procedimentos para credibilizar o ensino superior cabo-verdiano

A realização das provas nacionais de acesso ao ensino superior a partir do ano lectivo 2012/2013

A ideia de realização de provas nacionais de acesso ao ensino superior, foi apresentado como um dos mecanismos de qualificação do ensino superior, mas que tem uma componente de inclusão e não de exclusão, ou seja, não visa punir aqueles que tiveram a infelicidade de não encontrar, na

família ou na escola, condições culturais e académicas indutoras do desenvolvimento das suas capacidades cognoscíveis para se ingressarem no ensino superior através da realização de primeira prova de acesso. É assim que, o Ministério do Ensino Superior está a trabalhar na produção de um quadro jurídico que regula o acesso e ingresso no ensino superior e, com efeito, diz o Ministro, gostaria de socializar a ideia com todos os responsáveis das IES, tendo em conta os princípios subjacentes que consistem na introdução de factores de qualificação e de sucesso do ensino superior cabo-verdiano. Explicou o governante que a iniciativa visa a criação de uma *métrica comum* visando a verificação de capacidades de raciocínio lógico, de interpretação e de compreensão nos alunos antes de se ingressarem para o sistema. As provas deverão ser realizadas no final do 12º ano, nas escolas secundárias, e são de carácter obrigatório. Haverá um *piso* mínimo, na escala de classificação de 0 a 20, em que o aluno fica habilitado a se ingressarem para o ensino superior. O entanto, como medida transitória, haverá um limite mínimo de classificação abaixo de *piso* limite, em que os alunos podem ser aceites pelas instituições de ensino superior para um curso de preparação para o acesso ao ensino superior. Mas será um curso livre, de carácter não obrigatório tanto pelos alunos como pelas instituições de ensino superior, e haverá um termo de referência nacional para os programas dos cursos de superação ou de preparação. Durante o ano propedêutico, a instituição pode permitir ao aluno matricular-se em algumas disciplinas do curso a que o aluno pretenderá fazer, mas terminado o ano o aluno deve voltar a fazer a prova de acesso. Tendo conseguido resultado que o permita aceder ao ensino superior, as disciplinas feitas, durante o ano preparatório serão consideradas.

Com essa iniciativa pretende-se qualificar o ensino superior, mas assegurando o direito de preparação para o acesso daqueles que, por razões várias, obtêm nas provas de acesso resultados no limiar do mínimo exigido, informou o Senhor Ministro e manifestou o seu desejo de contar com a colaboração de todos e que, neste sentido, vão receber uma cópia da proposta do regime jurídico para a socialização.

A criação da agência para a promoção da investigação científica e tecnológica

Esta é uma das prioridades do MESCI. Sob a perspectiva de que não há um ensino superior de qualidade e que incide sobre a realidade do país sem a investigação, Sua excelência o Ministro assegurou aos responsáveis do ensino superior no Mindelo, a criação da Agência para a Promoção da Ciência e Tecnologia em 2012. A Instituição terá um fundo constituído no quadro do orçamento do Estado, mas deverá contar com reforços no quadro da cooperação internacional, contando para o efeito como o apoio de Portugal, Brasil e Luxemburgo. Este é um desafio assumido pelo país, mas

também que vai desafiar as instituições do ensino superior e os investigadores cabo-verdiano, uma vez que se vai privilegiar financiamento de projectos em consórcios, quer no plano nacional, mas sobretudo no plano internacional, visando a transferência do conhecimento. Uma das exigências é que os resultados das investigações sejam apresentados em benefício do país.

A criação e a institucionalização de um programa nacional de iniciação à investigação científica será uma das tarefas a desenvolver no quadro da promoção da ciência e tecnologia no país.

Todos responsáveis das instituições mostraram-se satisfeitos com a iniciativa do novel ministério.

Desenvolvimento de instrumentos e procedimentos para qualificar e credibilizar o ensino superior cabo-verdiano

A qualidade do ensino superior cabo-verdiano é uma exigência da sociedade, mas também um desafio assumido pelos principais actores (o Ministério Tutela e as Instituições do Ensino Superior). Esforços vem sendo feitos por ambos, quer com a avaliação das instituições, quer com os investimentos que as IES vêm fazendo. No entanto, considera o Ministro, que é preciso melhorar a comunicação com a sociedade para melhorar o conhecimento das instituições. Realça o governante que é preciso apostar na certificação das IES e apostar na sua divulgação, contribuindo dessa forma para a diminuição da carga *achismo* feito na base do *achomotro*, assevera o governante, para concluir que as informações devem ser transparentes para dissipar juízos preconceituosos.

A criação de uma base de dados de conhecimento, configurada numa biblioteca digital, através do portal do MESCI, foi apresentada às autoridades das IES mindelenses, como instrumento de promoção de conhecimento e, para o efeito, Sua Excelência o Ministro gostaria de contar com o apoio de todas as instituições, quer na disponibilização de produções científicas digitais de que dispõem, quer na ligação através de links às bases de dados das instituições.

De uma forma geral, todas as ideias apresentadas aos responsáveis do ensino superior em São Vicente foram bem acolhidas e manifestaram toda a abertura e disponibilidade em colaborar para as suas implementações.

Praia, 24 de Julho de 2011

Arnaldo Jorge Brito

Director-Geral

Anexo 3 – Missão à República do Gana

MISSÃO À REPÚBLICA DO GANA

OBJECTIVO DA MISSÃO: «Participação na selecção dos candidatos para o ingresso, em 2012, no Programa das Bolsas de Estudo Australianas para Cabo Verde»

PERÍODO DA MISSÃO: 14 - 19 de Julho

LOCAL DA MISSÃO: Accra - Gana

De 15 a 20 do mês de Julho, a signatária deslocou-se à Accra/Gana para participar na selecção dos candidatos para o ingresso, em 2012, do programa de Bolsas de Estudo do Governo de Austrália para Cabo Verde.

Cabo Verde, através da DGESC, foi convidada pelo Governo de Austrália a integrar o Júri de selecção dos candidatos para o ingresso, em 2012, do programa das Bolsas de Estudo Australianas para Cabo Verde.

A signatária foi indigitada, pela Direcção do Ensino Superior e Ciência, para, na qualidade de representante do Governo de Cabo Verde, participar como consultora/observadora na entrevista aos candidatos.

De salientar que pela primeira vez o Governo de Austrália ofereceu a Cabo Verde Bolsas de Estudo, de curta e longa duração.

As bolsas de estudo de longa duração são para o nível de Pós-Graduação (Mestrado) e com uma duração de 12 a 24 meses para estudos em Universidades Australianas.

Os sectores referenciados são: agricultura/segurança alimentar; gestão de recursos naturais; administração pública (incluindo a reforma do sector público, Comércio e Diplomacia; saúde materno-infantil; água e saneamento; mudanças climáticas e gestão do meio ambiente; educação (desenvolvimento curricular ou professores das instituições de ensino superior).

Na primeira fase do processo de selecção dos candidatos para o ingresso em 2012, foram identificados sete (7) candidatos para as entrevistas, que constitui sua fase final (processo selecção).

As áreas de formação dos candidatos são: educação, comércio, diplomacia e reforma do sector público.

A sessão desenvolveu-se segundo o seguinte programa de trabalho:

1. Dia 15 de Julho: Teste Escrito e Entrevista.

- 2. Dia 16 de Julho: Teste IELTS - International English Language Testing System**
- 3. Dia 17 de Julho: Sessão Informativa**
- 4. Dia 18 de Julho. Testes Médicos**

No primeiro dia, **15 de Julho**, das **8:00 às 8:45**, os candidatos foram submetidos a um teste escrito (Written Test Shedule). Foi-lhes apresentado três (3) temas para escolherem apenas um e desenvolverem.

Às **9h:00**, deu-se início a sessão de entrevista, com 40 minutos para cada candidato.

O painel foi constituído por **seis (6)** elementos: quatro professores universitários da África do Sul, um da Austrália, um do Gana e um da Libéria, uma secretária e a representante de Cabo Verde.

Programa da Entrevista:

1 - General

- 1.1 Introduce yourself: qualifications, work, experience and current position including your duties and responsibilities.**
- 1.2 Looking back at your career so far, can you indentify a challenge towards solving?**
- 1.3 Men and women have different experiences and roles within development. Please discuss examples you have seen of the differences within your field of expertise.**

2 - Course – Related

- 2.1 What you want to study and how the proposed study is relevant your current and future work.**
- 2.2 Explain how the proposed study is relevant to the development priorities of your country.**

3 - Reintegration on-related

- 3.1 Explain based on your reintegration plan, what policies practices you intend to try to improve once you return.**
- 3.2 Describe a network formal or informal or association that you have participated in, and give an example of any development changes that resulted.**

No dia **16, sábado**, os candidatos fizeram o teste de proficiência linguística, International English Language Testing System – IELTS.

No dia 17, domingo, os candidatos tiveram uma sessão de informação sobre o preenchimento do formulário de inscrição e do processo de visto.

No dia 18, segunda-feira, os candidatos passaram por todos os exames médicos exigidos pelo Governo de Austrália.

RESULTADO DA MISSÃO: O júri do concurso apresentará, posteriormente, o resultado final dos candidatos seleccionados.

Praia, 22 de Julho de 2011

Paula Carvalho

Técnica Superior

Anexo 4 - Participação na 14ª Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento

Participação na 14ª Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento

Relatório

De 21 a 30 do corrente mês, desloquei-me à Suíça para participar do evento referido em epígrafe, uma iniciativa das Nações Unidas, realizada através da UNCTAD, Comissão para a Ciência Tecnologia ao Serviço do desenvolvimento. Cabo Verde foi convidado a participar do evento, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, na pessoa de Sua Excelência o Ministro do Ensino Superior Ciência e Inovação que, na impossibilidade de participar, indigitou-me, o Director-Geral do Ensino Superior e Ciência, para participar.

A UNCTAD foi criada em 1964 e tem por objectivo promover a integração dos países na economia mundial, dentro de um quadro propício para o desenvolvimento. A organização evoluiu gradualmente para se tornar uma autoridade baseada no conhecimento, cujo trabalho visa orientar as discussões em curso sobre as políticas e a reflexão em matéria de desenvolvimento, especialmente para garantir que as políticas e medidas internacionais se complementem mutuamente para alcançar o desenvolvimento sustentável.

É nesse quadro que teve lugar a 14ª Sessão da Comissão para a Ciência e Tecnologia ao serviço do Desenvolvimento, cujo propósito era de abordar dois temas centrais:

- a) Tecnologias para enfrentar os desafios em áreas como a agricultura e os recursos hídricos; e
- b) Medir o impacto das tecnologias de informação e comunicação no desenvolvimento.

A sessão desenvolveu-se segundo o seguinte programa de trabalho:

1. Aprovação da agenda e outras questões organizacionais.
2. Progressos na implementação e no acompanhamento dos resultados da Cimeira Mundial sobre a sociedade da informação a nível regional e internacional.
3. Temas prioritários:

- a) Medir o impacto da tecnologia da informação e comunicação para o desenvolvimento.
- b) Tecnologia para resolver os problemas em áreas como a agricultura e água.
4. Apresentação de relatórios sobre as avaliações de política de ciência, tecnologia e inovação.
5. Revisão dos métodos de trabalho da Comissão.
6. Eleição do Presidente e outros membros da mesa, a 15ª sessão da Comissão.
7. Agenda provisória e documentação para a 15ª sessão da Comissão.
8. Aprovação do relatório da Comissão, em sua 15ª sessão.

Durante a semana de trabalho, o debate centralizou-se na importância das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) para o desenvolvimento; a importância do telefone móvel para o desenvolvimento do pequeno agricultor, pelo que se impõe uma maior sistema de informação, maior conectividade.

A Microsoft, que esteve presente, fez a demonstração dos avanços tecnológicos verificadas nas TICs e abordou a importância que a conectividade representa para o desenvolvimento e redução da pobreza.

A Câmara de Comércio Internacional, por sua vez, ilustrou a importância das TICs na promoção do comércio global e considera as TICs como motor de desenvolvimento económico. Neste sentido, realçou a importância do envolvimento do sector privado no desenvolvimento e promoção das TICs ao serviço do desenvolvimento. Aquele organismo defendeu a densificação da cobertura da internet, considerando a sua pertinência no fomento da igualdade social, pelo que é preciso sensibilizar a sociedade para o uso das TICs e Levar as minorias a usa-las; É precisa criar realidades que obrigam as pessoas a utilizar a Internet, frisou aquele organismo internacional.

Vários países presentes abordaram as suas experiências em matéria de promoção de ciência e tecnologias e inovação.

Caso da Coreia

O representante desse país, informou que, em 2009, a Coreia conseguiu ganhos extraordinários graças ao desenvolvimento da C&T, apesar de ser um país pequeno, investiu muito na C&T. Construiu muitas estruturas de investigação; existe um comité nacional para a C&T que define toda a estratégia para a ciência e tecnologia. Verificou-se um grande aumento de graduados em PHD;

Aumento de investigadores; intensificação da participação do sector privado no investimento na investigação em ciência e tecnologia.

Do debate, recomendou-se que os países devem fomentar o espírito de Investigação & Desenvolvimento (R&D) no ensino básico; Cultivar a excelência; Criar institutos de Investigação para apoiar as Universidades e as empresas; Criar centros para desenvolvimento local das TICs e usar as TICs para o desenvolvimento sustentável.

Direcção-Geral da Agência Internacional da Energia Atómica, que também esteve presente, considera que a ciência e tecnologia devem ser vistas como um trampolim para o desenvolvimento de qualquer país. O responsável presente afirma que, agência de energia atómica valoriza muito a C&T, embora é mais reconhecida pela sua acção contra a proliferação de armas químicas, mas também valoriza a ciência e tecnologia. Todos estão conscientes do desafio da conservação do meio ambiente. A agricultura é uma actividade económica muito importante para o desenvolvimento dos países, pois garante a alimentação.

Há uma grande perda de água que se associa a sua escassez. A C&T nuclear é utilizada quotidianamente no desenvolvimento e estão em toda a parte. A água subterrânea é a fonte da água potável, importante para a vida. 75% deste liquido está no subterrâneo . É importante conhecer o recurso aquífero de que o país dispõe para podermos saber com que contar.

A Tecnologia Nuclear é muito importante para diferentes sectores de actividades para o desenvolvimento; é importante no combate das pragas e para o desenvolvimento da agricultura.

O exemplo da Coreia foi considerado paradigmático e recomendou-se que pelo menos 1% do orçamento do Estado devia ser canalizado para a investigação em C&T. Para os países em desenvolvimento, tem sido difícil. É preciso que os países desenvolvidos apoiem os mais fracos, visto que a maioria dos países ainda não dispõe de uma política para a ciência e tecnologia.

No caso de África, os países foram colonizados pelos países ocidentais e a preocupação era para a extracção de recursos e não de desenvolvimento da ciência e tecnologia. Assim, a África tem o desafio de desenvolver a sua política para a ciência e Tecnologia e encontrar o seu próprio caminho de desenvolvimento. Todavia, há bons exemplos neste continente. No caso do Egipto 2% do orçamento do Estado vai para a C&T e estão a aprender muito com a Coreia.

Cada país deve dispor de um plano próprio para o desenvolvimento da C&T. É preciso um forte investimento na educação e no ensino superior e evitar fazer recursos a professores ocasionais.

É preciso um plano para a excelência na educação; criação de uma rede nacional de investigadores; forte aposta na formação de Professores em TICs - para se ter uma boa Educação, primeiro é formar os Professores; Fomentar a formação em Pós-graduação para docentes e investigadores. Estabelecer a rede entre a investigação e desenvolvimento (I&D) e indústrias, e Criar Pólos Tecnológicos.

A promoção da C&T exige um forte comprometimento e financiamento por parte do Ministério das Finanças; é preciso motivar os estudantes para a investigação e direccionar toda a educação para a investigação. É preciso educar, tornar culto as pessoas.

Da análise dos progressos verificados na implementação das TICs e Telefone móvel, os dados presentes apontam para o crescimento do telefone móvel, com um grande avanço, cerca de 5,3 bilhões de telemóveis inscritos e uma diminuição de telefone fixo em todo mundo. Todavia, o aumento da telefonia móvel e do uso da Internet não significa a qualidade. Esta precisa ser melhorada. A banda larga em África ainda é para 1% da população. Nos países desenvolvidos 70% da população já usa internet enquanto que, nos países em desenvolvimento, apenas 23% usa a internet.

As novas tecnologias promovem o desenvolvimento a inclusão e o acesso à informação – contudo, há dificuldades que devem ser conhecida e estabelecer mecanismos de cooperação entre os países mais avançados e menos avançados para superar.

A diferença nos investimentos feitos na ciência e tecnologia entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento é abismal. Nos países ricos é de 2% do PIB e nos outros é de 0,... % do PIB. Se por um lado há falta de recursos financeiros, por outro lado, há falta de recursos humanos. Isto tem impacto no cumprimento das metas estabelecidas.

A Internet é muito importante para todos os sectores da sociedade e é um terreno fértil para a inovação. É preciso utilizar a Internet para inovar em todos os sectores. Por exemplo a agricultura. Ela deve ser desenvolvida, mas deve ser de forma integrada. É importante colocar o pequeno agricultor no centro das políticas do desenvolvimento da agricultura. Em África é um sector maioritariamente ocupada pelas mulheres. Apenas 7% se beneficia da formação. É preciso existência de centros especializados de formação em agricultura. O desenvolvimento da C&T deve ser suportado nas necessidades reais de homens e mulheres ou seja com base nas necessidades de pessoas. Neste sentido, é importante que os políticos cuidem das TICs pelo seu impacto social, porque as empresas que fazem recurso às TICs se avancem mais e permite maior inovação. Em

conclusão, as políticas devem incidir-se sobre a produtividade, a inovação e o emprego. A primeira importância das TICs é a inovação, com valor para a sociedade e para a economia.

O impacto das TICs sobre Manufacturas: estudos feitos ao nível da OCDE demonstram uma grande vantagem. A Espanha é um caso exemplar, seguido de Itália. Quanto aos serviços, também o crescimento maior é verificado nesses dois países que muito têm apostado nas TICs.

Em Sri-lanka as TICs tiveram uma grande importância na agricultura, por exemplo, para se saber o preço desses produtos no mercado, até para regular a produção. Sabe-se quando o preço está alto ou está baixo. Usando o seu telemóvel, rapidamente se tem informações do mercado.

Outro exemplo, Índia: Usa-se o telemóvel, para verificar que as pessoas receberam as suas prestações sociais, etc.

Por tudo isto, recomenda-se que é necessário uma política. A política é a orientação, é a coordenação, representa a iniciativa do Estado. Os governos devem criar incentivos às empresas de telecomunicação e promover o uso das TICs. Os governos devem criar um manual para medir a utilização das TICs. A OCDE, está a trabalhar na elaboração desse manual.

Experiência da China. O participante desse país afirma que a China está ciente da importância das TICs para agricultura. China é uma civilização com 5 mil anos de existência e tem muita experiência. Está disposto a fortalecer a sua cooperação, particularmente, a cooperação sul-sul, no desenvolvimento e divulgação de tecnologias agrícolas avançadas.

Caso da Turquia. Pretende instalar um centro de tecnologia para apoiar os PMAs e apoia o desenvolvimento de recursos humanos. Desenvolve assistência técnica do aproveitamento da terra e está disposto a colaborar com as Nações Unidas.

África do Sul. O representante desse país, mais industrializado do nosso continente, apresentou as novidades científicas em curso no domínio de Astronomia e da Ciência Espacial, em África. O SKA é o maior telescópio do mundo e está a ser construído em África. A astronomia é uma área que permite o desenvolvimento de conhecimento em diferentes áreas de Matemática, Física, etc. Este é um projecto africano, centralizado na África do Sul, mas que envolve vários países africanos e inclusive países de outros continentes.

A outra experiência africana muito importante no domínio do C&T é o VLBI, situado em Ilhas Maurícias, visa facilitar a comunicação via satélite em África. Com essas iniciativas, nos próximos tempos, a África terá uma rede de maior telescópio do mundo e deverá estar pronto em 2013.

Ciência / Política / Desenvolvimento.

Exames das políticas em matéria de ciência e tecnologia. A experiência da UNCTAD: É importante que os países avaliem as suas políticas para a ciência e tecnologia, para melhor se situarem e definirem estratégias futuras. O primeiro aspecto a considerar num exame de políticas para a C&T é a capacidade. É preciso melhorar capacidades humanas para identificar as necessidades de inovação em diferentes sectores industriais e propor orientações para definições de políticas. Este é o primeiro passo. Depois a transferência tecnológica acontece naturalmente. A inovação tecnológica deve acontecer em contextos específicos. A C&T e Inovação devem fazer parte integrante das políticas para o desenvolvimento.

Dos exames de políticas para a C&T feitos em alguns países a partir do ano 2000, os resultados são os seguintes:

1. Tendência em concentrar atenção em Ministro da Ciência e Tecnologia – pensa-se que é o melhor enfoque, quando que não é;
2. Falta de instituições para promover a ciência e tecnologia, muitas vezes existem, mas não estão articulados;
3. Falta de integração das Políticas;
4. Falta de consciência de importância das políticas para da ciência e tecnologia; e
5. Falta de conhecimento da importância da inovação.

A UNCTAD. Org. Recomenda: cada país deve criar um sistema de análise de política para a ciência e tecnologia. O conteúdo típico de exame de políticas inclui – debates, discussões, análise dos indicadores e natureza dos vínculos entre as universidades e empresas. O exame funciona como instrumento de orientação a avaliação das políticas – não existe um modelo estandardizado. Cada país é um caso, mas os países podem contar com o apoio da UNCTAD.

É preciso fortalecer a capacidade de definição de políticas de inovação nos países em desenvolvimento. Todavia, importa conhecer a metodologia para a sua aplicação. Cada país deve dispor de um documento que caracteriza e avalia a sua situação em ciência, tecnologia e inovação.

É preciso desenvolver uma cultura de inovação. Inovação é algo que merece um forte compromisso entre os políticos, as universidades e a indústria.

A promoção da ciência, tecnologia e inovação pressupõe uma forte preocupação com a educação. Esta é uma preocupação básica. É com a educação que se constrói a massa crítica e fazer o vice-versa, ou seja, incluir a ciência e tecnologia para o desenvolvimento na educação. Toda a educação deve estar orientada para a ciência e tecnologia. Nesta perspectiva, a educação deve estar no centro de gravidade de toda a preocupação de desenvolvimento.

Os países devem motivar os seus estudantes a descobrirem e a seguirem as cadeiras técnicas e não se limitarem a áreas humanas.

Os países devem trabalhar para a criação e promoção de acesso a livraria virtual e ao conhecimento virtual.

Conclusão

É a primeira participação de Cabo Verde, no ECOSOC, um fórum de debate, de diálogo, de troca de experiência e de aprendizagem dos meandros das políticas para a ciência e tecnologia ao serviço do desenvolvimento. Considero que a minha participação foi importante, na medida em que permiti-me conhecer melhor a preocupação que se tem hoje com o desenvolvimento da ciência e tecnologia e, por essa via, promover o desenvolvimento do país. Mas também é um evento que permite avaliar as dinâmicas da evolução da ciência, tecnologia e desenvolvimento ao nível internacional e reconhecer melhor a nossa realidade e, com isto, contribuir para a construção de orientações e procedimentos para a promoção da ciência e tecnologia tendo em vista o desenvolvimento do nosso país.

Um aspecto importante a observar é a grande preocupação que se tem hoje com a educação. Toda a educação deve estar voltada para a ciência e tecnologia, desde o básico ao superior e a cultura de inovação deve ser promovida e enraizada. É importante promover o acesso às TICs e o uso da informação como instrumento de auto-promoção profissional e de melhoria da qualidade do serviço que se presta.

Cidade da Praia, 02 de Junho de 2011

Arnaldo Jorge Brito

Director-Geral do Ensino Superior e Ciência

Anexos 5- Inventário – DGESC (2011)

Inventário - Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência (2011)

1º Andar

DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	MODELO / MARCA	CARACTERÍSTICAS	CÓDIGO	ANO AQUIS.	FORMA AQUISIÇÃO	ENTID. FINANÇ.	ESTADO CONSERV.
Mesa reunião	Sala reunião	1	Oval	Fibrometálica, cinzenta	DGESC/S3/MC01/03				Bom
Cadeira	Sala reunião	8	de mesa de reuniões	Met., azul, estofada	DGESC/S3/MC02/6/03				Bom
Estante	Sala reunião	4	S/marca	mogno castanho, 5 prateleiras	DGESC/S3/AE01/6/03				Bom
Aparelho Ar Cond.	Sala reunião	1	Samsung	cinzento	DGESC/S3/EE01/03				Bom
Mesa	Sala Director-Geral	1	Redonda	Mógo castanho	DGESC/S4/MC09/03	Mai-02	Compra	FAEF	Bom
Cadeira	Sala Director-Geral	5	de mesa de reuniões	metalica, cinzenta, estofadas	DGESC/S4/MC10/4/03	Mai-02	"	FAEF	Bom
Cadeira	Sala Director-Geral	1	de Secretária	de rodas, preta, rotativa	DGESC/S4/MC15/03	Mai-02	"	"	Bom
Armário	Sala Director-Geral	1	Iris	metálico, 4 portas, preto e castanho	DGESC/S4/AE10/03	Mai-02	"	"	Bom
CPU	Sala Director-Geral	1	Dell		DGESC/S4/EI08/03			Estado	Bom
Monitor	Sala Director-Geral	1	Dell		DGESC/S4/EI08/03			Estado	Bom
Impressora	Sala Director-Geral	1	HP Desk Ject 840	cinzento	DGESC/S2/EI13/03				Bom a)
Secretária	Sala Director-Geral	1	Em L	mogno e metal castanho e preto, 3 gav.	DGESC/S4/SG01/03				Bom
Gaveteiro	Sala Director-Geral	1	Iris	c/ 3 gavetas, metal, Preto	DGESC/S2/SG07/03				Bom
Aparelho Ar Cond.	Sala Director-Geral	1	Ackson	Branco	DGESC/S4/EE02/03				Bom
Telefone	Sala Director-Geral	1	Siemens	preto	DGESC/S4/TF01/10				Bom
Telefone	Sala Director-Geral	1	Simens	Cinzento	DGESC/S4/TF02/04				Novo
UPS	Sala Director-Geral	1	APC		DGESC/S4/EI10/03				Bom
Aparelho Som	Sala Director-Geral	1	Sony	SS-CEH10		Dez-10		Orc/Estado	Novo
Portatil COMPAQ MINI	Sala Director-Geral	1	ACER	110 CSP					
Computador portatil	Sala Director-Geral	1	TOSHIBA	A200		2008		Projecto CAAST-	Bom

								NET	
Projector	Sala Director-Geral		BENQ	MP511 Digital		2008		Orc/Estado	Bom
Cacifo	Sala Director-Geral	1	Iris	Metálico	DGESC/S4/SG02/03				Bom
Secretária	Sala Técnicos	4	S/marca	fibrometálica, cinzenta					Bom
Cadeira Operativa	Sala Técnicos	4	S/marca	Cadeira de altura regulável c/base em tecido		Dez-10	Compra	Orc/Estado	Bom
CPU	Sala Técnicos	1	Tsunami						Bom
Monitor	Sala Técnicos	1	Samsung	Monitor lcd samsung 19"					Bom
Impressora	Sala Técnicos	1	Hp	HP color laser jet cp 1515n					Bom
Scanner	Sala Técnicos	1	Hp	HP scanner jet G 3010					Bom
CPU	Sala Técnicos	3	Dell	Optiplex 755					Novo
Monitor	Sala Técnicos	3	Dell	Lcd monitor 17" Power rating					Novo
Impressora	Sala Técnicos	1	Hp	HP lase jet 3050					Novo
Bloco Móvel	Sala Técnicos	5	Handy	Metálico Cinzento					Bom
Armário	Sala Técnicos	1	S/marca	2 compartimento porta de vidro		Dez-10		Orc/Estado	Bom
Armário	Sala Técnicos	1	Triumph	Arquivo oficio triumph 4 gavetas		Dez-10		Orc/Estado	Novo
Armário	Sala Técnicos	1	S/marca	fibrometálica, cinzenta					Bom
Estante	Sala Técnicos	2	S/marca	mogno castanho, 5 prateleiras	DGESC/S3/AE02/6/0 3				Bom
Ups	Sala Técnicos	4	Back Ups	Apc back-ups 1100,230V					Novo
Telefone	Sala Técnicos	4	Simens	Euroset 5005					Novo
Aparelho Fax	Sala Técnicos	1	HP	Officejet-4315					Bom
Aparelho Ar Cond.	Sala Técnicos	1	Samsung	Branco	DGESC/S4/EE02/03				Bom
Aparelho Ar Cond.	Sala Técnicos	1	Ackson	Cinzento	DGESC/S4/EE03/04				Bom
Cesto de Lixo	Sala Técnicos	3	S/marca	Plástico,castanho					Bom
Máquina de Café	Copa	1	Electric co						Novo
Micro ondas	Copa	1	Jocel						Novo
Frigobar	Copa								Razoav el

Serviço de Acesso ao Ensino Superior SAES

Rés do Chão

DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	MODELO / MARCA	CARACTERÍSTICAS	CÓDIGO	ANO AQUIS.	FORMA AQUISIÇÃO	ENTID. FINANC.	ESTADO CONSERV.
Cadeira recepção	Entrada	3	Levira	Cadeiras metal sobre viga Lisa	DGESC/S8/MC30/39/03				Bom
Cadeira recepção	Entrada	3		Cadeiras metal sobre viga Lisa		Dez-10		Orc/Estado	Novo
Estante Porta Revista	Entrada	1	S/marca	3 Prateleiras em mogno castanho	DGESC/S8/MC40/03				Bom
Expositor de informações	Entrada	2	S/marca	Cortiça revestido de Madeira	DGESC/TB/E3/04				Bom
Balcão de Atendimento	Secretaria	2	S/marca	metálico/cinza	DGESC/S6/SG12/3/03	Jul-09		Orc/Estado	Novo
Secretária/com 2 gavetas	Secretaria	1	S/marca	metálico/cinza	DGESC/S3/EI01/03				Bom
Monitor	Secretaria	1	Dell	Lcd monitor 17" Power rating	DGESC/S3/EI01/03				Novo
Monitor	Secretaria	1	Dell	Monitor panorâmico série ee 1911 19"	DGESC/S5/EI24/03				Novo
PC	Secretaria	1	Dell	Desktop Optiplex					Novo
PC	Secretaria	1	Dell	Vostro 230 Mini Tower	DGESC/S6/EI20/03				Novo
Impresora	Secretaria	1	Kiocera	Kyocera Ecosys FS-3900DN					Bom
UPS	Secretaria	2	Back Ups	Apc back-ups 1100,230V					Novo
Cadeira Operativa	Secretaria	3	S/marca	Cadeira de altura regulável c/base em tecido		Dez-10		Orc/Estado	Bom
Armário	Secretaria	1	S/marca	Armário 2 portas Côr Cinza Office		Dez-10		Orc/Estado	Novo
Bloco Móvel	Secretaria	1	Handy	Extrutura metálica com fechadura					Bom
Bloco Móvel	Secretaria	1	S/marca	Extrutura metálica com fechadura e pegas em alumínio					Bom
Telefone	Secretaria	1	Simens	Terminal Optipoint 500		Jul-09		Orc/Estado	Novo
Telefone	Secretaria	1	Simens	Euroset 5005		Out-10		Orc/Estado	Novo
Cesto de lixo	Secretaria	3	S/marca	2 de metal e 1 de plástico	DGESC/S6/CA04/03				Razoável
Porta documento	Secretaria	3	S/marca	Com duas prateleiras em metal	DGESC/S5/TF09/10/04				Bom
Televisor	Secretaria	1	LG	LCD 14"	DGESC/S5/TF09/10/04	Dez-10		Orc/Estado	Novo

Estantes	Sala de Técnicos	5	S/marca	5 módulos - estantes em metal					Bom
Estante	Sala de Técnicos	1	S/marca	mogno, com 4 prateleiras					Razoável
Estante	Sala de Técnicos	2	S/marca	metálico, branco					Razoável
Secretária	Sala de Técnicos	2	S/marca	metálico cinza					Bom
Secretária	Sala de Técnicos	1	S/marca	Mogno, castanho c/ 3 gavetas					Razoável
CPU	Sala de Técnicos	1	Dell	Vostro 230 Mini Tower	DGESC/S5/EI23/10				Bom
CPU	Sala de Técnicos	1	Dell	Desktop Optiplex	DGESC/S5/EI25/10				Bom
CPU	Sala de Técnicos	1	City Desk	Computador city desk -solbi windows XP home edition					Razoável
Monitor	Sala de Técnicos	1	Dell	Monitor panorâmico série ee 1911 19"	DGESC/S5/EI26/10				Novo
Monitor	Sala de Técnicos	1	Dell	Lcd monitor 17" Power rating	DGESC/S5/EI32/10				Novo
Monitor	Sala de Técnicos	1	Dell	Lcd monitor 17" Power rating	DGESC/S5/EI26/10				Novo
Cadeira operativa	Sala de Técnicos	3	S/marca	Cadeira de altura regulável c/base em tecido	DGESC/S5/MC44/10	Dez-10		Orc/Estado	Novo
Cadeira	Sala de Técnicos	3	S/marca	Madeira estofada, Tecido castanho	DGESC/S3/MC02/6/03				Razoável
Telefones	Sala de Técnicos	1	Simens	Euroset 5005	DGESC/S5/TF09/10				Novo
Cacifo	Sala de Técnicos	1	Levira	De aço c/ 4 gavetas e fechadura centralizada	DGESC/TB/E5/04				Bom
Bloco Móvel	Sala de Técnicos	1	Handy	Extrutura metálica com fechadura					Bom
Cesto de lixo	Sala de Técnicos	1	S/marca	Material plástico	DGESC/S5/CA06/9/03				Bom
Máquina fotocopadora	Sala de Técnicos	1	Konica Minolta	konica minolta bizhub 211					Razoável
Bebedor Eléctrico	Sala de Técnicos	1	Wespoint	Model - WFN-3004. GX					Bom
Ap. Ar Condicionado	Sala de Técnicos	1	Sharp	Cinzento - Empresa SISIL	DGESC/S5/EE15/04				Razoável
Ap. Ar Condicionado	Sala de Técnicos	2	Samsung	Cinzento					Razoável
Computador Portatil	Sala de Técnicos	1	TOSHIBA	A200		Dez-10		Orc/Estado	Novo
Maquina destruir papel	Sala de Técnicos	1	Fellewes	cinzento P 48 C					
SCANNER	Sala de Técnicos	1	HP 8270	Cinza					
UPS	Sala de Técnicos	2	Back Ups	Apc back-ups 1100,230V	DGESC/S5/EI31/10				Bom
Secretária	Gabinete Director SAES	1	Melix	Metálico revestido de mogno castanho	DGESC/S5/MC45/04				Bom
Cadeira	Gabinete Director SAES	1	S/marca	estofada, preto, de rodas, rotativa	DGESC/S5/MC45/03				Razoável
CPU	Gabinete Director SAES	1	Dell	Desktop Optiplex	DGESC/S5/EI23/10				Bom
Monitor	Gabinete Director SAES	1	Dell	Monitor panorâmico série ee 1911 19"	DGESC/S5/EI23/03				Novo

UPS	Gabinete Director SAES	1	Back Ups	Apc back-ups 1100,230V					Novo
Mesa de Reunião/c 4 cadeiras	Gabinete Director SAES	1	Melix	Metálico revestido de mogno castanho	DGESC/S5/SG21/03				Bom
Gaveteiro	Gabinete Director SAES	1	Melix	metálico, preto, c/ 3 gavetas	DGESC/S5/SG22/3/10				Bom
Armário	Gabinete Director SAES	1	S/marca	metálico, cinzento	DGESC/MC/PROME F7/04				Bom
Ap. Ar Condicionado	Gabinete Director SAES	1	Ackson	Cinzento	DGESC/TB/T6/04				Bom
Cesto de lixo	Gabinete Director SAES	1	S/marca	Plástico, castanho	DGESC/S5/CA06/10/03				Razoável
Telefone	Gabinete Director SAES	1	Simens	Euroset 5005	DGESC/S5/TF09/10/10				Novo
Secretária	Sala de Técnicos/Equivalência	1	S/marca	fibrometálica, cinzenta	DGESC/S5/SG21/03				Bom
Cadeira operativa	Sala de Técnicos/Equivalência	1	S/marca	Cadeira de altura regulável c/base em tecido	DGESC/S5/MC44/10	Dez-10		Orc/Estado	Novo
Armários	Sala de Técnicos/Equivalência	2	S/marca	metálico, cinzento	DGESC/AE/PROME F3/04				Razoável
CPU	Sala de Técnicos/Equivalência	1	Dell	Desktop Optiplex	DGESC/S3/EI07/10				Novo
Monitor	Sala de Técnicos/Equivalência	1	Dell	Lcd monitor 14" Power rating	DGESC/S3/EI07/10				Novo
UPS	Sala de Técnicos/Equivalência	1	Back Ups	Apc back-ups 1100,230V	DGESC/S3/EI07/10				Novo
Impressora	Sala de Técnicos/Equivalência	1	HP	Deskjet 5150					Bom
Colunas	Sala de Técnicos/Equivalência	2	S/marca	Cinzento	DGESC/S3/EI07/04				Razoável
Aparelho de Ar Condi..	Sala de Técnicos/Equivalência	1	ACSON	Cinzento - Empresa SISIL	DGESC/S5/EE15/04				Razoável
Telefone	Sala de Técnicos/Equivalência	1	Simens	Euroset 5005	DGESC/S5/TF09/10/10				Novo
Gerador		1	Diesel	GMI S 9000 TREDI		Nov-11		Orc/Estado	Novo

Códigos:			
EI	Equipamento Informático		
MC	Mesas e Cadeiras		
SG	Secretárias, Gaveteiros, Porta-Ficheiros e Cacifos		
EE	Equipamentos Electrónicos(não informáticos)		
CA	Cexto Lixo, Alguidar e Aparelho de Atribuição de Senhas		
AE	Armários, Estantes, Painéis Expositores e Expositores de Revistas		
CT	Central telefónica		
TB	Cortina Branco sujo		
TF	Telefone		